

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA: RELAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS E PRODUÇÃO
DE ESPAÇOS**

**“O sertão vai para o Além-Mar”: a relação centro e periferia e as
fábricas de couro em Pernambuco nos setecentos.**

TIAGO SILVA MEDEIROS

**Natal
2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA: RELAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS E PRODUÇÃO
DE ESPAÇOS**

**“O sertão vai para o Além-Mar”: a relação centro e periferia e as
fábricas de couro em Pernambuco nos setecentos.**

TIAGO SILVA MEDEIROS

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História. Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa: Relações Econômico-Sociais e Produção dos Espaços, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do Prof^o. Dr^o. Paulo César Possamai e Co-orientado pela Prof^a. Dr^a. Kalina Vanderlei Silva.

**Natal
2009**

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Medeiros, Tiago Silva.

“O sertão vai para o Além-Mar”: a relação centro e periferia e as fábricas de couro em Pernambuco nos setecentos / Tiago Silva Medeiros. – 2009. 110f.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em História, 2009.

Área de concentração: História e Espaços.

Linha de pesquisa: Relações econômico-sociais e produção de espaços.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Possamai.

1. Pernambuco – Centro-periferia – Dissertação. 2. Manufatura do couro – Homens de negócio – Dissertação. 3. História colonial – Dissertação. I. Possamai, Paulo César (Orient.). II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 94(813.4)



ATA DA SESSÃO DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO DISCENTE TIAGO SILVA MEDEIROS

Aos dezessete dias (17) do mês de agosto do ano de dois mil e nove, às quatorze horas, no Sector II, sala C-5, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, foi instalada a Banca Examinadora responsável pela avaliação da Dissertação de Mestrado intitulada **O SERTÃO VAI PARA O ALÉM-MAR: A RELAÇÃO CENTRO E PERIFERIA E A PRODUÇÃO DA MANUFATURA DO COURO EM PERNAMBUCO NOS SETECENTOS**, apresentada pelo mestrando **TIAGO SILVA MEDEIROS** ao Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, como requisito parcial para a obtenção do título de **MESTRE EM HISTÓRIA**. A Comissão Examinadora foi presidida pelo Professor Orientador Doutor **PAULO CÉSAR POSSAMAI**, e contou com a participação da Professora Doutora **FÁTIMA MARTINS LOPES**, na qualidade de Examinadora Interna e do Professor Doutor **ACÁCIO JOSÉ LOPES CATARINO** da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na qualidade de Examinador Externo. A sessão teve a duração de 2 (duas) horas e a Comissão Examinadora emitiu o seguinte parecer:

A dissertação acrescenta à literatura especializada uma valiosa contribuição, com uma abordagem que conjuga as inovações técnicas pelas quais a historiografia sobre a colonização vem passando, com o uso apropriado de fontes variadas. Apresenta uma exposição contida e segura, construindo capítulos com encadeamento lógico e que dialogam entre si.

A banca pede o aprofundamento, num próximo trabalho, no sentido de identificar as redes familiares apontadas e a importância da participação nas Câmaras. Sugere ainda revisões quanto a nomenclaturas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA E ESPAÇOS



e pequenos ajustes apontados.

_____. Diante do exposto, o candidato foi considerado
aprovado com o conceito A.

Prof. Dr. PAULO CÉSAR POSSAMAI
(Presidente)

Prof. Dr.ª FÁTIMA MARTINS LOPES
(Examinadora Interna)

Prof. Dr. ACÁCIO JOSÉ LOPES RAMOS
(Examinador Externo)

THIAGO SILVA MEDEIROS
(Mestrando)

Isaura
Secretária do PPGH.

Para meus pais.
Para meu irmão, Tibério Silva Medeiros.
Para Roberta Ceres, companheira e conselheira.

AGRADECIMENTOS.

Muitas pessoas estiveram ao meu lado - me ajudando, criticando e me orientando - durante esses dois anos deste mestrado. Primeiramente, gostaria de agradecer aos ilustríssimos professores Paulo César Possamai e Kálina Vanderlei Silva, orientador e co-orientadora respectivamente, no qual suas críticas e sugestões foram fundamentais, tanto durante a dissertação como na redação final.

Durante os anos de conclusão da minha graduação na UPE e meu mestrado aqui na UFRN devo minha gratidão a Alberon Lemos Gomes, Edson Tenório da Silva, Sérgio Luiz, Roberta Ceres Antunes de Medeiros, Patrícia Debiase, Eugenir, Ítalo Lira e Leonardo que *agüentaram* esse mal humorado, mas sempre me tratando bem e com respeito. Para Auxiliadora Silva Medeiros, Francisco José de Medeiros, Fábio Márcio Silva Medeiros, Fabiana Silva Medeiros, Flávia Beatriz Silva Medeiros, José Hermógenes Silva, Paula Medeiros, Luana Medeiros Silva, José Matheus Medeiros Silva, Maria do Rosário Medeiros Dantas, Salatiel Medeiros Dantas, Walker Macedo, Maria do Amparo França, José Oliveira Silva e Maria do Socorro Nobre muito obrigado pelo suporte que me deram durante esses dois anos em terras potiguares, onde é minha nova morada.

Faço um agradecimento especial aos meus pais, Epitácio Cesário Medeiros e Maria das Graças Silva Medeiros, que graças ao esforço e suor de ambos acabei chegando a defesa dessa dissertação de mestrado. Para meu irmão, Tibério Silva Medeiros, e sua esposa, Sabrina, agradeço os conselhos e as trocas de experiência acadêmica.

Por fim, agradeço a todos os colegas de mestrado, à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ao Programa de Pós-Graduação em História, Linha I - Natureza, Relações Econômico-Sociais e Produção dos Espaços - e seu corpo docente, em especial

a professora Dr^a. Fátima Martins Lopes, que contribuiu com excelentes contribuições teóricas e metodológicas para esse trabalho, à professora Dr^a. Denise Mattos Monteiro, que colaborou na reformulação desse trabalho e a professora Dr^a. Carmen Margarida Oliveira Alveal, pelas contribuições na redação final dessa dissertação.

RESUMO

O Sertão vai para o além-mar: a relação centro e periferia e a produção e as fábricas de couro em Pernambuco nos setecentos.

Neste trabalho, são analisadas as relações econômicas no interior da América Portuguesa, mais especificamente na Capitania Pernambuco do século XVIII, enfocando a discussão sobre centro-periferia, inserido no contexto da história colonial. Com isso, pretende-se estudar as exportações de couro para Portugal, suas conseqüências na Capitania de Pernambuco e a atuação dos homens de negócio envolvidos no comércio e na produção dessa manufatura. Para tal empreitada foram utilizados os manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino, cronistas da época e, sobretudo, mapas de carga mercantil para visualizar que a fabricação da manufatura do couro, bem como de outros produtos, proporcionaram uma conexão econômica e social entre o sertão de Pernambuco, Recife como praça de comércio, Olinda como centro administrativo Portugal.

Palavra-chave: Centro-periferia – Homens de Negócio – Manufaturas

ABSTRACT

The Brazilian backcountry goes overseas – the relationship between the center and its periphery and the leather factories in Pernambuco in the seventeenth century

This thesis focuses on the economic relations in the interior of the Portuguese America, more specifically in Pernambuco Captancy in the 17th Century, concerning the discussion about center-periphery relationship and also the context of Brazilian colonial history. In addition, it portrays the exportations of leather to Portugal, their consequences in the Captancy of Pernambuco and the businessmen involved in the trade and manufacturing of that product. In order to accomplish this work, manuscripts of *Arquivo Histórico Ultramarino* (Ultramarine Historical Archives), colonial narratives and maps of the mercantile loads have been used so that one can visualize that the manufacturing of leather and other products have provided a social and economical connection among Pernambuco, Recife as trade center, Olinda as administrative municipality and Portugal.

Key-words: center-periphery relationship, businessmen, manufacturing

LISTA DE QUADROS

CAPITULO II

Quadro I - Número da frota portuguesa dos navios de 1780 **64**

Quadro II - Números das exportações e preços do couro nos anos de 1781 a 1790. **66**

SUMÁRIO.

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	
A RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA NO INTERIOR DA AMÉRICA PORTUGUESA.	22
1.1 Centro e Periferia: para uma análise estrutural de Pernambuco no século XVIII.	23
1.2 A periferia: o sertão das vacarias.	33
1.3A produção de couro: artigo de exportação para Lisboa.	45
CAPÍTULO II	
O OUTRO LADO DA MOEDA: O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SERTANEJA NO SÉCULO XVIII.	50
2.1 O desenvolvimento econômico em outros sertões: o caso do sertão das Minas Gerais no Século XVIII como área central.	51
2.2 O desenvolvimento econômico nos sertões de Pernambuco no século XVIII.	55
2.3 O sertão e o Além-mar: a estrutura e os números	

das exportações do couro para Portugal. **63**

CAPÍTULO III

OS INTERLOCUTORES ENTRE SERTÃO E ALÉM-MAR:

OS HOMENS DE NEGÓCIO. **69**

3.1 Homens de Negócio: conceitos e ascensão social
no Brasil Colonial no Século XVIII. **70**

3.2 Homens de Negócio: uma análise social
do grupo mercantil em Pernambuco. **77**

3.3 A ascensão de uma família mercantil:
os Costa Monteiro e o comércio do couro. **87**

CONCLUSÃO. **95**

BIBLIOGRAFIA E FONTES. **99**

INTRODUÇÃO.

Com o intuito de analisar os conceitos de centros e periferias no Império português, mais especificamente na Capitania de Pernambuco, tanto nos sertões quanto no litoral durante o século XVIII, pretende-se relativizar, neste trabalho, as relações econômicas entre centro periferia, privilegiando-se a idéia de centro regional. Este núcleo regional, a Capitania de Pernambuco, representada por seu centro administrativo, Olinda, e por seu porto, Recife, seria o elo entre dois espaços distintos como eram os sertões e a metrópole. Dessa forma, procurar-se-á evidenciar a importância de Recife enquanto centro regional na América portuguesa, analisando a atuação dos homens de negócio que estavam envolvidos no comércio entre as áreas centrais e periféricas no interior da capitania referida. Examinar-se-á, também, a contribuição das manufaturas sertanejas para a dinâmica comercial entre a colônia e a metrópole portuguesa. Esta triangulação é que possibilitava o dinamismo econômico das trocas comerciais entre Pernambuco e Lisboa.

As relações econômicas têm importância como um fator propulsor de metamorfoses na variedade daquilo que se pode estabelecer como região central e periférica ou reafirmando essas áreas como nucleares ou marginais. Uma praça influente no comércio com o além-mar, grupos sociais comprometidos com o grande comércio de exportação e a produção de alguma monocultura que trouxesse ganhos garantidos para metrópole podiam ser fatores que tornassem uma região da América Portuguesa uma área central.

Alguns núcleos econômicos regionais como o da cana-de-açúcar e o do ouro, tiveram grande papel na história nacional graças a sua relevância econômica e aos ganhos que proporcionaram para a coroa portuguesa. Estas transformações econômicas

ocorridas nesses núcleos regionais impulsionaram a modificação da paisagem do espaço colonial. A cana-de-açúcar acabou provocando a ocupação da parte norte do Estado do Brasil, principalmente das Capitânicas de Pernambuco, Bahia, Paraíba e o sul do Rio Grande estabelecendo uma organização de exploração econômica que deu origem à formação de pólos de desenvolvimento econômico, ou áreas centrais de caráter regional. O centro da economia do império colonial português estava na metrópole, que concentrava uma rede de instituições, como o Conselho Ultramarino, regulador do comércio e das pessoas que iriam participar desta atividade.

A idéia, aqui apresentada, de área central de caráter regional parte da concepção de Manuel Correia de Andrade¹ de “pólo de crescimento”. Nessas áreas, o crescimento econômico surgiu devido ao aparecimento de uma economia motriz, que possibilitou a acumulação primitiva de capital e o crescimento populacional, servindo como área receptora permanente de mão-de-obra livre ou escrava. No caso analisado nesta dissertação, serão privilegiadas as áreas de escoamento da produção açucareira no século XVIII (Recife-Olinda) entendidas como áreas centrais de caráter regional. Embora a lavoura da cana-de-açúcar tenha sido a economia motriz desta região, permitiu o fomento de outras atividades, como a pecuária e a conseqüente manufatura do couro.

A chegada de Pedro Álvares Cabral na costa brasileira não teve repercussão imediata na metrópole portuguesa devido ao seu interesse no comércio das especiarias. No entanto, sintomático dessa indiferença foi a decisão régia, em 1502, de arrendar o contrato de corte do pau-brasil.² Em meados do século XVI, com a perda de possessões asiáticas, a coroa portuguesa voltou seu interesse a sua colônia na América, onde

¹ ANDRADE, Manuel Correia. *Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional*. São Paulo; Atlas, 1987. p. 59.

² RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808*. Revista Brasileira de História. Vol. 18. N. 36; São Paulo, 1998.

incentivou a procura incansável por metal precioso para a manutenção de uma balança comercial favorável por quase dois séculos.

Devido à constante ameaça de ocupação francesa, D. João III decidiu estabelecer a presença formal dos portugueses no Novo Mundo. Em 1532, esse rei resolveu introduzir no Brasil um recurso administrativo utilizado na Madeira e nos Açores, no século XV: o sistema de donatários. Isso significou que a Coroa portuguesa preservou sua suserania, nomeando fidalgos como donatários, e concedeu amplos poderes para esses indivíduos em troca do empenho deles em assumir a colonização de suas terras.

No caso de Pernambuco, a forma de exploração econômica que encontrou fatores favoráveis para seu desenvolvimento foi a lavoura da cana-de-açúcar, beneficiada pela experiência portuguesa bem sucedida na ilha da Madeira³. Solos férteis, mercado europeu garantido, obtenção de créditos para os investimentos iniciais e importação de braços africanos como mão-de-obra garantiram o desenvolvimento dessa cultura.

Essa atividade possibilitou a formação de um centro regional na colônia, pois determinou a formação de uma área de atividade manufatureira, criando uma estrutura de exploração condizente com as condições técnicas e culturais da época. Com a implantação do sistema de *plantation*, uma população considerável de europeus que se dedicava a essa atividade ou as ocupações dela dependentes ou por ela estimuladas, como os negociantes da Praça do Recife, assim como africanos que lá serviram de mão-de-obra, contribuíram para o desenvolvimento da sociedade açucareira.

Com a complementação da atividade agrícola pelo fabrico do açúcar, surgiram os engenhos com suas casas e instalações com pontos concentrados de população no entorno deste centro regional em formação. No século XVIII, juntamente com o porto do Recife, e seu grupo mercantil, Olinda constituiu-se num centro regional centralizador

³ SCHWARTZ, Stuart. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 21-39.

das atividades comerciais de exportação dos produtos da terra, como a manufatura do couro. Ademais, concentravam as atividades administrativas como as câmaras de vereadores, a Sé de Olinda, as misericórdias, que seguiam as normas portuguesas. Partindo dessa vilas, , iniciou-se o povoamento de áreas periféricas, ou áreas satélites conforme Celso Furtado, como os sertões.⁴

Os sertões, sob a influência de Pernambuco no século XVIII, eram considerados as áreas periféricas das vilas açucareiras graças à ausência de instituições administrativas portuguesas e de funcionários reais. No entanto, isso não foi empecilho para que nessas áreas não encontrassem meios de desenvolver formas rentáveis de exploração manufatureira, atraindo homens de negócio para viabilizar o escoamento da produção.

O couro, por exemplo, foi exportado para Portugal via porto do Recife, em seus diversos derivados, como a sola (couro curtido no sertão e cortado em pequenas tiras), o atanado (couro curtido em fábricas localizadas no Recife e na Paraíba), o couro em cabelo (couro de peça limpa, no qual os pelos eram mantidos para produção de roupas de frio) e a vaqueta (couro curtido no sertão de baixa qualidade). Foi dessa manufatura que os irmãos João da Costa Monteiro e Luis da Costa Monteiro obtiveram o privilégio de montar fábricas de curtimento e a exclusividade desse comércio, sendo os principais intermediários entre o sertão, o porto do Recife e Portugal.

No entanto, outras formas de exploração de manufaturas foram encontradas nas áreas periféricas das vilas açucareiras. As extrações do salitre e do anil contribuíram para uma dinâmica interna da economia no sertão, recebendo mão-de-obra escrava e livre especializada, na extração desses produtos.

Nessa perspectiva, deve ser esclarecido como a relação econômica entre centro-periferia no interior da América portuguesa, mais especificamente em Pernambuco do

⁴ FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo, Editora Nacional, 2003. p. 75.

século XVIII, possibilitou a formação de uma dinâmica interna envolvendo grupos sociais (como os homens de negócio da Praça do Recife), trocas de mercadorias e a união econômica de três espaços distintos: o sertão, Recife -Olinda e a metrópole.

Na relação de trocas comerciais, as fábricas de manufaturas dos atados contribuíram como fator primordial para as trocas de mercadorias no interior da relação acima mencionada. O termo “fábricas de manufaturas”, pode parecer estranho ou soar como sinônimos. Todavia, demonstra-se nessa dissertação que há possibilidade do uso do termo para o período estudado, tendo em vista que ao se referir ao termo “fábricas”, este relaciona-se à idéia de divisão social do trabalho, e “manufaturas” à transformação de uma matéria prima em produto de exportação e consumo interno na colônia que tem várias fases de produção. Nesse sentido, uma “fabrica de manufatura” apresentava ambas características.

Isso pode ser demonstrado, nos capítulos que se seguem, ao referir-se as fábricas de salitre, onde o nitrato extraído do solo era transformado e adicionado à pólvora, aumentando seu poder de destruição, e com divisão de trabalho, com cativos africanos obrigados a trabalhar na extração do salitre, a mão-de-obra indígena para auxiliar no transporte e trabalho especializado vindo de Portugal para apurar a qualidade do nitrato. Na tentativa de buscar uma realidade em torno da relação centro-periferia em Pernambuco no decorrer do século XVIII buscou-se algumas pesquisas de historiadores no sentido de auxiliar e compreender melhor o funcionamento da relação entre espaços centrais e periféricos. Dessa lista, fazem parte o historiador galês John Russell-Wood e o geógrafo e historiador pernambucano Manuel Correia de Andrade.

Russell-Wood, em artigo para a *Revista Brasileira de História*, com o título *Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808*, estuda as relações entre as áreas centrais e periféricas no império marítimo português, tomando duas frentes de

análise: a primeira sendo relativa a Portugal como centro e a América portuguesa como periferia, discutindo-se as políticas e as atitudes metropolitanas em relação à colônia, bem como a dinâmica deste relacionamento; a segunda parte examina as três facetas das relações centro-periferia no Estado do Brasil: colonização, administração e comércio.

No entanto, o autor que aproxima as relações entre centro e periferia no contexto da Capitania de Pernambuco é Manuel Correia de Andrade em seu livro “Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional”. Ao analisar, sob forma crítica, a Teoria dos Pólos de Desenvolvimento, formulada pelo economista francês François Perroux, indica a possibilidade de sua aplicação ao espaço brasileiro. O autor demonstra como a relação de áreas centrais está presente em Recife e Olinda, tornando-se pólos centrais das vilas açucareiras da Capitania de Pernambuco, e permitindo, assim, que outras regiões, como o sertão, desenvolvessem-se economicamente.

Para viabilizar o desenvolvimento econômico entre as áreas centrais e as periféricas em Pernambuco no decorrer do século XVIII, os homens de negócio, como agentes sociais dessa relação, por meio do comércio, tiveram papel fundamental na formação de uma dinâmica interna entre o centro regional (Recife e Olinda) e o sertão.

Estudiosos do papel dos homens de negócio e sua inserção social desse grupo na sociedade colonial evidenciam o quão diferenciada foi sua atuação nas diferentes capitanias da América portuguesa. Um dos trabalhos relevantes sobre comerciantes no período colonial é *Homens de Grossa Aventura*, de João Fragoso, no qual o autor analisa o comércio de “grosso trato” no Rio de Janeiro, onde esse grupo social solidificou sua posição econômica com base no comércio de longa distância, em particular o tráfico negreiro, tornando-se uma elite mercantil. Introduce a noção de acumulação de capital endógeno, ou seja, capital que se organiza no interior da colônia. Fragoso considera

inclusive o tráfico de cativos no Atlântico como uma fonte de acumulação interna, pois esse comércio era comandado por negociantes na colônia, mais especificamente no Rio de Janeiro em fins do século XVIII.⁵

Outra reflexão elaborada por João Fragoso, no que se refere aos homens de negócio na Capitania do Rio de Janeiro, a ser considerada nesse trabalho, está na obra *O Arcaísmo como projeto*. Segundo ele, a colonização do Brasil não foi o resultado da expansão de uma nascente burguesia comercial metropolitana. Ao contrário da colonização inglesa, por exemplo, que foi resultado da associação da nascente burguesia com o Estado, a colonização portuguesa foi uma obra da nobreza do antigo regime nos trópicos. Isso se explica pelas características da Península Ibérica, na qual a nobreza não estava ligada apenas ao meio rural, mas também, às atividades urbanas e comerciais, fato expresso na famosa figura do “mercador fidalgo”. Assim, o objetivo da colonização Ibérica não era o fortalecimento da burguesia metropolitana, mas a própria supressão dessa classe, visando, portanto, à manutenção da hegemonia da nobreza. No Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, os comerciantes locais acumulavam riqueza com o comércio de cativos africanos, mas o título de nobreza estava na terra, justificando o grande número de casamentos arranjados entre os donos de terra e homens de negócio⁶.

Baseando-se nestas idéias, alguns autores, como Evaldo Cabral de Mello e George Felix Cabral de Souza, com seus textos dedicados à Capitania de Pernambuco no século XVIII, contribuem para esclarecer o papel social e econômico do grupo mercantil dessa região. O primeiro autor analisa como o grupo mercantil do Recife, no século XVIII, esteve inserido na hierarquia social da Capitania e como se comportaram diante

⁵ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998. P.158-180.

⁶ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pág. 28-32.

do poder da nobreza da terra, a partir do sistema de classificação social português. Cabral de Melo percebe os homens de negócio como usurários e pecadores, mas que, durante o período setecentista, com o governo de D. José I e as políticas mercantilistas adotadas pelo Marquês de Pombal, foram gradualmente inserindo-se na sociedade colonial, obtendo representatividade política, no caso a Câmara do Recife, garantindo assim a sua ascensão social.

Já o historiador George Felix Cabral de Souza, tratou dos homens de negócio pertencentes à Câmara de Recife e suas várias facetas na sociedade colonial, atuando não só com negócios de além-mar, mas também como donos de terras destinadas à criação de gado, sendo esses homens de negócio os agentes humanos na ligação entre a periferia (sertão) e o centro das capitanias do Norte (Recife e Olinda).

Neste trabalho, tem-se como objetivo geral, analisar a relação econômica entre as áreas centrais e periféricas na Capitania de Pernambuco no século XVIII. Especificamente, estudar-se-á a situação das estruturas sócio-econômicas dessa capitania nos setecentos, avaliando a importância dos homens de negócio como agentes de ligação entre o sertão, o porto do Recife e Lisboa. Por fim, pretende-se averiguar a importância da economia periférica de Pernambuco, os sertões, na pauta das exportações para Portugal.

Para cumprir esses objetivos, esta dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo demonstra-se a relação centro-periferia no contexto ultramarino e na América portuguesa. Posteriormente, far-se-á uma análise da Capitania de Pernambuco destacando a sua área central, Olinda – centro jurídico, político e religioso – e Recife, centro comercial, local de homens de negócio e principal porto das Capitanias anexas para o escoamento de manufaturas para o além-mar. Finalmente, examinar-se-á o sertão como área periférica de Olinda e Recife.

Na segunda parte da dissertação demonstra-se como a periferia da Capitania de Pernambuco conseguiu desenvolver outras formas de manufaturas, por meio do processamento do salitre e do anil, além de evidenciar a relevância da participação do couro e de seus derivados nas exportações para Portugal.

O terceiro capítulo irá abordar os homens de negócio, principal elo entre sertão e além-mar. Serão estudados os principais autores que tratam dos negociantes na colônia, bem como da questão do acúmulo de capital endógeno e da situação de outras capitanias em relação aos negociantes. No mesmo capítulo, por meio da documentação, reconstruiu-se a trajetória econômica dos irmãos João da Costa Monteiro e Luis da Costa Monteiro, ambos homens de negócio envolvidos com o comércio de couro e carnes em Pernambuco durante o século XVIII e membros da câmara do Recife, que conquistaram riquezas e garantiram para seus descendentes prestígio político.

Para tal empreitada, fez-se uso de documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, pesquisados e disponíveis no Laboratório de Pesquisa e Estudos Históricos da Universidade Federal de Pernambuco. A principal fonte utilizada foram os mapas de cargas de navios no sentido de reconstruir o fluxo das exportações de couro e de analisar o impacto dessas exportações para o mercado interno, interligando-as com a relação centro-periferia, assim como, sua importância para o desenvolvimento da economia periférica das Capitanias do Norte do Estado do Brasil. Ao analisar o mercado interno, foram trabalhados os ofícios sobre localização de feiras de gado, requerimentos e consultas sobre as fábricas de atoados que produziam para o mercado interno, como também para Portugal.

Capítulo I

A relação centro-periferia no interior da América portuguesa.

1.1 Centro e Periferia: para uma análise estrutural de Pernambuco no século XVIII

Os historiadores frequentemente conceituam a uma região que comanda o crescimento econômico periférico de centro⁷. Este região reconhecida como centro é um local cuja interferência ultrapassa as fronteiras físicas, dissemina formas de exploração das regiões sob sua influência, além de eleger zonas centrais de caráter regional. No século XVIII, a metrópole portuguesa era o grande disseminador de valores como ser cristão, dever fidelidade ao rei, mas também o regulador da economia colonial, controlando por meio do monopólio do comércio, as relações mercantis de com suas colônias.

No entanto, algumas áreas circundantes do Império Português acabavam por se destacar graças aos ganhos proporcionados à coroa lusitana, sendo consideradas um centro regional na área periférica de seus domínios de além-mar. Durante o século XVI, período da chegada portuguesa na costa do Brasil, esse centro regional estava na região das Índias, devido a seu promissor comércio do ouro e especiarias como, marfim, tecidos. Os portugueses usavam a expressão “Estado da Índia” para descrever suas conquistas e descobertas nas regiões marítimas entre o cabo da Boa Esperança, atual África do Sul, e Macau, atual China⁸. Raphael Bluteau, um clérigo regular que viveu em Portugal no século XVIII e que dentre outras obras produziu o *Vocabulário Portuguez e Latino*, escreveu:

Foy a Índia o mayor Theatro das glorias de Portugal. No segundo anno do Reinado Del-Rey D. Manoel foi descuberta por D. Vasco da Gama. No espaço de 24 annos do seu descobrimento até a morte do ditto Rey, correrão os Portuguezes desde o Rio Indo até os Ganges avassalando Reys, conquistando

⁷ De acordo com Celso Furtado e Manuel Correia de Andrade, ambos apresentados na introdução.

⁸ BOXER, Charles, *O Império Marítimo Português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pág. 55.

*reinos, & pondo príncipes, depondo os inconfidentes, entronizando os confederados*⁹.

Ao longo do século XVI a medida que os portugueses foram perdendo possessões na Ásia, o foco deslocou-se para o atlântico. Ao norte do Estado do Brasil, as áreas que se destacavam economicamente estavam associadas ao plantio da cana e à produção de açúcar, principal produto exportado para o reino.¹⁰ Mesmo com a concorrência antilhana, a produção açucareira continuou sendo, durante todo o século XVIII, a principal fonte de renda das Capitanias do Norte e dava para esta região um caráter de área central e regional. No século XVIII, na América Portuguesa, outro pólo despontava como centro regional, como foi o caso das minas, graças ao ouro.

No início da formação do empreendimento açucareiro, durante o século XVI, alguns fatores fizeram com que a expansão da lavoura canavieira apresentasse bons resultados no litoral Norte do Estado do Brasil, mais especificamente na Capitania de Pernambuco. Entre esses fatores encontra-se: a ampliação do mercado consumidor europeu tornou insuficiente a produção de açúcar nas ilhas portuguesas do Atlântico; a existência na Capitania de um clima quente e úmido com duas estações bem definidas, uma chuvosa, favorável ao plantio e ao desenvolvimento da cana, e outro período seco, no qual era feita a colheita; além da existência de bons solos que facilitavam o desenvolvimento dos canaviais. A obtenção de crédito na Europa para ser empregado no plantio de cana-de-açúcar e na instalação de engenhos foi outro fator que contribuiu para o desenvolvimento dessa cultura.¹¹

No decorrer do século XVII, a cultura canavieira proporcionou alterações significativas ao espaço litorâneo e a economia desta região. Conforme Warren Dean, o

⁹ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*. Coimbra; 1713. V.4, p. 104-105. Índias

¹⁰ FERLINE, Vera do Amaral. *Terra trabalho e poder. O mundo dos engenhos no nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988. & SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

¹¹ ANDRADE, Manual Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo; Atlas, 1986. pág. 68.

desmatamento que acarretou no desgaste do solo, graças à coivara, trouxe mudanças qualitativas para a paisagem da mata atlântica litorânea, processo iniciado com a exploração do Pau-brasil¹². Ao longo dos seiscentos, a cultura canavieira proporcionou o aumento do contingente populacional, com povoamento quase contínuo de toda a região norte da colônia, desde Natal até Penedo, no atual estado de Alagoas. Manuel Correia de Andrade¹³ salienta que amplas áreas continuaram cobertas de matas e que os engenhos, vilas e povoações ficavam situados distantes uns dos outros, mas, apesar disso, as regiões litorâneas das capitâneas do Norte foram praticamente desbravadas.

No que se refere à importância econômica do plantio da cana-de-açúcar no século XVIII em Pernambuco, tal cultura proporcionou para o litoral uma mudança na dinâmica espacial e populacional, unindo, economicamente, três espaços distintos: o além-mar, os centros urbanos de Recife e Olinda e o sertão. Havia um quarto espaço: as vilas açucareiras tornaram-se centros regionais e Pernambuco o centro regional das Capitâneas do Norte (Rio Grande do Norte e Paraíba) dentre outros fatores econômicos, devido ao porto do Recife, principal porta de saída para Lisboa naquela região, no entanto esse espaço não é alvo de análise nessa dissertação.

Esse entrelaçamento entre espaços distintos tornou-se necessário ao abastecimento de alimentos nas vilas açucareiras destinados aos escravos dos canaviais ou para a população urbana, como a farinha e a carne seca, sendo elementos indispensáveis para a manutenção das áreas mais próximas do litoral, o que acarretou na conexão econômica entre as áreas produtoras desses víveres e o espaço urbano.

Esses gêneros alimentícios também foram indispensáveis para concretizar as entradas no sertão, pois as expedições necessitavam de alimentos para a guerra de

¹² DEAN, Warren. *A ferro e fogo - A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. pág. 105.

¹³ ANDRADE, Manuel Correia de. Op. Cit. pág. 69.

conquista dos territórios indígenas. Assim, em 4 de fevereiro de 1673, o Capitão-mor da Bahia pediu que se desse carne e farinha para a gente da conquista do Sertão:

*“Porquanto chegou toda a gente da conquista dos Bárbaros a esta praça e convem mandar-se-lhe dar carne assim à gente de guerra como aos prisioneiros: O provedor –mor da fazenda Real deste estado mande assistir por conta della com a que lhe parecer bastante até outra ordem minha e a ração de farinha na forma que é estylo dar-se aos soldados e esta despesa se fará por conta das mesmas despesas consignidaz a esta conquista pelo Senado da Câmara desta Cidade na conformidade da ordem passada sobre o frentamento do navio”.*¹⁴

Logo, havia na América portuguesa, a formação dessas conexões por meio das autoridades colônias, representantes da coroa portuguesa, tentando obter abastecimento oriundo da produção interna da colônia para alimentar as tropas que iriam adentrar no sertões. Essa empreitada nos sertões para o extermínio da população nativa é apenas um exemplo dessa necessidade de recorrer ao mercado interno para viabilização da colonização portuguesa.

Para viabilizar as conexões econômicas, alguns agentes históricos tiveram papel fundamental para intermediar essas relações. Os homens de negócio tiveram um papel primordial na economia interna da colônia, principalmente na segunda metade do século XVIII, quando o marquês de Pombal tentou reestruturar economicamente os domínios coloniais¹⁵. Como será melhor analisado no segundo capítulo, alguns membros da Câmara do Recife, donos de fábricas de atados, possuíam contratos dos subsídios das carnes e/ou exportavam a produção de couro para Lisboa.¹⁶

¹⁴ Documentos Históricos (Biblioteca Nacional). Vol. VIII. pág. 145. LAPEH - UFPE

¹⁵ FALCON, Francisco. *A época pombalina*. São Paulo: Ativa, 1982.

¹⁶ O caso mais notável e citado pelo Historiador George Felix Cabral foram os irmãos João da Costa Monteiro e Luís da Costa Monteiro, ambos donos de fábricas de atados na Capitania de Pernambuco, que também cuidavam do comércio de exportação deste produto. CABRAL, George Felix. *Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Câmara Municipal de Recife (1710-1822)*, Salamanca, 2007. Tese de Doutorado. pág. 357.

O advento do estabelecimento da Câmara do Recife, ocupado, sobre tudo, por comerciantes levaria ao conflito conhecido como guerra dos mascates.¹⁷ Com tudo, a nobreza da terra, que controlava as relações de poder na região estava representada na câmara de Olinda, a qual indicava membros para as diversas instituições que regiam a capitania¹⁸. Na sociedade colonial apenas o filho primogênito herdava as terras, enquanto os outros filhos eram mandados para estudarem Direito em Coimbra, enviados para alguma ordem religiosa ou entravam no Corpo das Ordenanças. Os doutores estavam habilitados a entrar nos cargos administrativos, os religiosos exerciam a dignidade eclesiástica e os militares da manutenção da ordem e proteção à colônia, garantindo assim os principais elementos de nobilitação a que se podia aspirar na Colônia.

A união de três espaços distintos (centros urbanos litorâneos, sertão e metrópole aqui privilegiados nesta dissertação), adicionada às necessidades de abastecimento interno, alçando os homens de negócio como intermediários principais entre os espaços coloniais na Capitania Pernambuco durante o século XVIII e à exportação do couro pelos pólos econômicos dessa Capitania, transformou o sertão em um espaço econômico promissor, tanto na perspectiva interna como no incremento dos itens de exportação para o ultramar.

Inseridas neste espaço econômico estavam as relações entre centro e periferia, no interior da América portuguesa. Cabe lembrar que a relação centro e periferia, neste trabalho, está restrita a um recorte espacial específico, o sertão de Pernambuco e as áreas centrais desta mesma capitania, como o Recife – devido ao seu porto aos homens de

¹⁷ MELLO, Evaldo Cabral. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Editora 34, 2003.

¹⁸ ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e Conflitos: aspectos da administração colonial, Pernambuco, século XVII*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997

negócio – e Olinda – centro administrativo das capitanias do norte e reduto da açucarocracia.

No entanto, está se referindo a uma sociedade colonial, a América portuguesa, a qual era regida pela coroa lusitana, centro de uma relação maior entre metrópole e colônia. Portugal influenciava as áreas periféricas por meio de conexões administrativas, comerciais e religiosas, com o intuito de expandir valores culturais, econômicos e políticos, assim como difundir crenças e costumes, os quais serviam como referência para a sociedade¹⁹. Além do mais, Lisboa era o entreposto do comércio de açúcar e couro exportados pela colônia, na Europa. Da mesma forma, vinham do velho continente para Olinda e Recife, as decisões de ordem política e econômica.

Quando o governo português, para não perder a sua colônia na América, decidiu colonizá-la, foram a cultura da cana e a produção de açúcar as atividades econômicas que comandaram a ocupação e a organização do espaço. Com isso, as vilas açucareiras e as áreas portuárias que escoavam a produção para o mercado externo tornaram-se os pólos centrais daquela região.

No caso da América portuguesa, os centros regionais estavam relacionados a um núcleo urbano. Em última instância, a posição de uma área central era atribuída ao papel de suas instituições enquanto centro de governo, bispado, comércio, importância estratégica para defesa e crescimento populacional. Os principais núcleos urbanos que usufruíram do status de cidade estavam localizados naquelas capitanias que, no contexto colonial mais amplo, constituíam as regiões nucleares: norte (Pernambuco e Bahia) e sul (Rio de Janeiro).²⁰

¹⁹ SHILS, Edward. *Centro e periferia*. Lisboa: Itfel, 1992. pág. 53.

²⁰ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808*. Revista Brasileira de História. Vol. 18. N. 36; São Paulo, 1998.

Conforme Kalina Vanderlei Silva ²¹, nem sempre os núcleos urbanos tinham espaços bem definidos. No caso do Recife, na segunda metade do século XVIII, a diferença entre arrabaldes e áreas rurais era quase imperceptível, como no caso da Freguesia da Várzea, um arrabalde localizado no centro das áreas de engenho. Logo, o que definia um centro urbano seria sua capacidade de acolher o máximo de atividades profissionais inseridas no mesmo espaço econômico. Com isso, haveria um maior contingente populacional, o que garantiria maior complexidade nas relações de trabalho possibilitando um maior dinamismo na economia regional.

Junto com o empreendimento açucareiro vieram escravos, alguns trabalhadores livres e comerciantes, os quais formavam um contingente populacional que, na segunda metade do século XVIII, chegava, na freguesia da Vila do Recife e na Freguesia do Santíssimo Sacramento, a uma população de cerca de 21.000 habitantes. Recife, no ano de 1788, era a segunda maior cidade das capitanias do Norte, depois de Salvador. ²²

Apenas para os ofícios na alfândega da capitania de Pernambuco eram necessários, no ano de 1798, dezessete cargos: juiz da alfândega, escrivão da alfândega, escrivão dos despachos, abertura e descarga, escrivão da ementa, tesoureiro da dízima, guarda-mor, selador e feitor da alfândega, feitor da abertura, juiz da balança, escrivão da balança, avaliador e feitor na abertura, escrivão da mesa de abertura, meirinho do mar, porteiro da alfândega, guarda porta da alfândega, guarda porta dos trapiches e da conferência dos mulatos e guarda da alfândega. Todos remunerados de acordo com o rendimento anual dos ofícios da alfândega do Recife. ²³ Uma única instituição responsável pela principal atividade econômica da relação entre metrópole e colônia

²¹ SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas Solidões Vastas e Assustadoras – Os Pobres do Açúcar e a Conquista do Sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. (Tese de Doutorado). Recife: UFPE, 2003. Pág. 40-41.

²² *Idem*. Pág. 73.

²³ AHU_ACL_CU_015, Cx. 200, D. 13729.

abrigava grande número de funcionários evidenciando uma certa efervescência econômica regional.

Eram nas vilas açucareiras que se concentravam o grande contingente populacional das capitanias do Norte, as variadas atividades econômicas, assim como as instituições administrativas, religiosas e militares que constituíam o império português, transmitindo valores para as elites coloniais e difundindo regras de comportamento.

No entanto, em Pernambuco durante o século XVIII, duas áreas urbanas tinham *status* de regiões centrais naquela capitania. Olinda, cidade da açucarocracia, tinha sob seu poder político os sertões de Pernambuco e Capitanias anexas e, no que se refere ao poder eclesiástico, Paraíba e Rio Grande estavam sob a influência religiosa do Bispado de Olinda. Por outro lado, Recife durante século XVIII, desempenhou seu papel como centro comercial, devido a sua dinâmica populacional que lhe proporcionou uma diversidade de ofícios e serviços. Mas seu porto também fora a principal saída de mercadorias provenientes de Pernambuco, Rio Grande e Paraíba para Portugal.

A Câmara do Recife exerceu um papel importante na capitania de Pernambuco como centro econômico regional na relação entre o litoral e o sertão, devido ao grupo que compunha essa câmara. Com a saída dos holandeses e judeus do Recife, uma nova onda migratória portuguesa dirigiu-se a essa praça comercial, formando um grupo repugnado pela aristocracia olindense: os mascates. Eram homens de negócio, que além do trato com o comércio, emprestavam dinheiro a juros para a nobreza da terra olindense para financiar os engenhos.

Esses homens de negócio passaram a compor câmara do Recife no início do século XVIII e passaram a controlar os diversos negócios, principalmente aqueles relativos a exportação do açúcar. A relação entre o centro e a periferia fica clara, então,

ao observar-se a conexão entre Recife e Olinda com os vastos sertões espalhados pelas capitanias do Norte.

Nesse contexto, a família Costa Monteiro, com os irmãos João e Luis da Costa Monteiro, os quais eram membros da câmara do Recife e foram donos de contratos de comércio e curtimento de couros na Capitania de Pernambuco²⁴, são exemplos dessa relação centro e periferia entre o Recife e o Sertão no século XVIII. Com esse comércio, será visto mais a frente que, além de conseguirem garantir estabilidade econômica para seus descendentes, estes irmãos conseguiram unir por meio de seus negócios a criação de gado para obtenção do couro, bem como seu beneficiamento em Recife, e a exportação desse produto para Lisboa.

O embricamento das relações políticas por meio da ocupação de postos na câmara, com interesses econômicos e a possibilidade de beneficiamentos por meios de contratos foi o que possibilitou o sucesso da família Costa Monteiro por todo o século XVIII.²⁵ Graças ao comprometimento comercial desses homens de negócio e a conquista de cargos políticos e privilégios, houve uma integração entre o Reino e a capitania de Pernambuco.

Por causa do sucesso de famílias como os Costa Monteiro, a criação das companhias de comércio foi uma tentativa do Estado português de retomar seu sistema de monopólios comerciais e de controlar o comércio ultramarino. Vários projetos de formação de companhias de comércio foram encaminhados para a coroa, entre eles a

²⁴ CABRAL, George Felix, *Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Câmara Municipal de Recife (1710-1822)*, Salamanca, 2007. Tese de Doutorado.

²⁵ João Fragoso analisa essas mesmas relações na formação da nobreza da terra para a Capitania do Rio de Janeiro. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e sua primeira elite senhorial. (séculos XVI e XVII) In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

proposta da Companhia da Costa Ocidental da África e da Companhia de Carnes Secas e Couros do sertão.²⁶

Porém, essas companhias não beneficiavam por completo os mercadores reinóis já que os mercadores locais permaneceram com seus privilégios no comércio, principalmente no controle da rota entre o Sertão e porto do Recife. O ministro Sebastião de Carvalho e Melo mudaria os planos dos mercadores locais, criando uma companhia de comércio que privilegiava principalmente os mercadores reinóis. Assim, foi criada a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, cujo governo distribuía-se em uma junta de administração sediada em Lisboa e de duas administrações subalternas: uma na cidade do Porto e outra em Recife.²⁷ A companhia tinha por objetivo a constituição de fundos para os empreendimentos mercantis na capitania de Pernambuco e anexas. Entre os privilégios da companhia estava o monopólio do comércio, da navegação e dos direitos fiscais.

Os engenhos continuaram sendo o principal núcleo da economia colonial no norte do Estado do Brasil. Pernambuco e Bahia ainda eram os principais exportadores de açúcar na segunda metade do século XVIII, embora aumentasse a participação da capitania do Rio de Janeiro na exportação dessa mercadoria²⁸.

Segundo Maria Yeda Linhares, a coroa portuguesa não conseguiu ficar acima dos interesses locais. Os latifundiários repudiavam certas leis. A monocultura do açúcar no litoral pernambucano se desenvolveu com o fortalecimento do grupo dominante local,

²⁶ RIBEIRO Jr., José. *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro: A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*. São Paulo: Hucitec. Págs. 79-82.

²⁷ *Idem*. Pág. 83.

²⁸ SCHWARTZ, Stuart. *Op. Cit.*

mais como uma conquista da aristocracia do que uma imposição do poder metropolitano.

29

A segunda metade do século XVIII testemunhou como algumas áreas tornaram-se pontos de concentração populacional, com núcleos em torno de pequenos aglomerados dedicados ao abastecimento das áreas rurais que giravam em torno dos principais centros urbanos: Olinda e Recife. Estes centralizavam as atividades comerciais de exportação de produtos da terra e as atividades administrativas e realizaram o povoamento e a formação de áreas satélites, como aquelas dedicadas à pecuária, e também o povoamento de boa parte do sertão nordestino.

1.2 A periferia: o sertão dos currais.

Os sertões eram considerados as áreas periféricas das Capitânicas do Norte. Essas áreas foram consideradas assim por vários fatores, entre eles a falta de segurança nesse espaço, que por vezes foi reduto de fugitivos da justiça por crimes cometidos nas vilas açucareiras litorâneas, a ausência de instituições jurídicas e funcionários reais, além de possuir uma economia inteiramente voltada para o litoral, especificamente o abastecimento de carne e de couro para as fábricas de atados em Recife durante boa parte do século XVIII, sobretudo com a criação da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba.

Com a morte de D. João V, em 1750, alguns princípios do Iluminismo foram absorvidos pela administração portuguesa. O novo rei, Dom José I (1750-1777), nomeou como primeiro-ministro Sebastião de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, que durante 27 anos comandou a política e a economia portuguesa: reorganizou

²⁹ LINHARES, Maria Yeda. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo; Brasiliense, 1986. Pág. 120.

o Estado e, por meio da criação das companhias monopolistas de comércio, protegeu os grandes negociantes. Combateu tanto a nobreza quanto o clero e reprimiu igualmente as manifestações populares, como na revolta contra a Companhia das Vinhas, no Porto, em 1757.³⁰ Além disso, o terremoto que destruiu Lisboa, no final de 1755, fez com que o ministro recebesse do rei mais poderes para reconstruir a cidade e a economia do país, que estava à beira da falência.

Para melhor execução de seus planos mercantilistas, a metrópole usou o instrumento que, para José Ribeiro Jr³¹, foi o mais importante para manutenção da economia mercantil: as companhias de comércio. Pretendia-se, então, integrar as colônias com o reino, englobando todas as áreas onde Portugal possuía colônias. Na América Portuguesa foram criadas as companhias do Grão-Pará e Maranhão, e Pernambuco e Paraíba. Moçambique recebeu a Companhia de Comércio Oriental e dos Majaús e Macaus.

Segundo Charles R Boxer, Pombal tinha um plano para Portugal desenvolver seu comércio e se livrar do jugo inglês: “Acho absolutamente necessário reunir todo o comércio deste reino e de suas colônias em companhias”, assim pensava o Marquês.³² Para isso, Pombal procurou incorporar os grandes negociantes (homens de negócio) residentes nas colônias como sócios menores nas companhias monopolistas.

Uma das preocupações do ministro foi estimular o desenvolvimento dos comerciantes lusitanos operantes em Portugal, protegendo também os comerciantes nacionais e as companhias através da extinção dos comissários volantes estrangeiros que escapavam da fiscalização.³³

³⁰ MOURÃO, Paulo Reis. *A Companhia das Vinhas do Alto Douro – antecedentes, ação e consequências de uma ação da economia política pombalina*. Revista Klepsidra, nº 19., 2005.

³¹ RIBEIRO Jr., José. *Op. Cit.* Pág. 49

³² BOXER, Charles. *Op. Cit* Pág. 195.

³³ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Pág. 51.

No caso de Pernambuco, que ostentava uma posição de destaque nas exportações de açúcar, após a expulsão dos batavos da capitania teve uma baixa na produção e na pauta de exportação devido a concorrência do açúcar antilhano holandês. Porém, a concorrência holandesa na produção do açúcar não significou total estagnação da economia da capitania. Graças à tentativa de Portugal de incrementar a lista de exportações para o ultramar, via Companhia de Pernambuco e Paraíba, visando os produtos do sertão, principalmente o couro, a capitania conseguiu estimular a economia sertaneja e agregar outros serviços nas vilas litorâneas, como as fábricas de atados.

As terras entre o Rio São Francisco e o Paraíba estavam sob influência de Pernambuco e das vilas açucareiras graças à prelázia de Olinda, ao porto do Recife, do qual saíam os produtos sertanejos em direção a Europa, aos homens de negócio que estavam envolvidos com o comércio do couro e às instituições administrativas que estavam na capitania.

Conforme a descrição das terras sertanejas nos discursos de André João Antonil, os sertões de Pernambuco e seus currais eram maiores do que os currais da Bahia.³⁴ No entanto, essa contabilidade das terras incluía áreas anexas a Pernambuco, como as capitanias da Paraíba e do Rio Grande:

(...) sertão se estende pela costa desde a Cidade de Olinda até o Rio São Francisco, oitenta legoas; e continuando da barra do Rio de S. Francisco até a barra do Rio Igarassú, contão-se duzentas legoas. De Olinda para Oeste até o Piagui, Freguezia de Nossa Senhora da Victoria, cento e sessenta legoas, e pela parte Norte estende-se de Olinda até o Ceará Merim, oitenta legoas, e dahi até o Açú, trinta e cinco legoas: e por todas vem a estender-se desde de Olinda até esta parte, quasi duzentas legoas.³⁵

Para a aquisição de terras no sertão, era necessária a posse de cartas de sesmarias. No caso de Pernambuco, cartas de sesmarias eram dadas pelas autoridades

³⁴ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Bahia: Progresso, 1950. Pág. 292.

³⁵ MARINHO. *O Rio Grande do Norte sob o olhar dos bispos de Olinda*. F. F Marinho, 2006. pág. 28.

coloniais e doadas para senhores de terra, moradores das cidades litorâneas.³⁶ Foi desta forma que Portugal procurou abrir fronteiras e incentivar a colonização das vastas terras do interior do Norte do Estado do Brasil, e que acabou por formar grupos poderosos de sesmeiros criadores de gado.

O elemento central da lei das sesmarias estava na condição de que seu proprietário teria que cultivar a terra e cuidar do aproveitamento de sua posse para assim consolidar a aquisição do lote.³⁷ No entanto, enquanto alguns donos de terras não chegavam a conhecer suas possessões no sertão, outros mantinham o contato entre o litoral e suas terras no sertão e alguns proprietários chegavam a morar em suas propriedades.³⁸ Algumas alterações da lei original de sesmarias, ainda do período medieval, foram viabilizadas na colônia. O sesmeiro, que em Portugal designava o funcionário que concedia as terras, no Estado do Brasil adquiriu status de titular da doação. As terras improdutivas, em Portugal, consistiam em terras para doação; no Brasil, as terras para doação eram terras “virgens”, as quais não possuíam proprietários com carta sesmarial. O que houve de semelhante em Portugal e no Brasil foi o fato de que o colono ficaria como responsável pelo aproveitamento das terras, o que nem sempre acontecia de fato.

Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva³⁹, existiam outras formas de posse e uso da terra na área pecuarista sertaneja, além da sesmaria, a saber: sítios e situações que eram terras arrendadas por um foro contratual, com gerência do foreiro e trabalho escravo; terras indivisas ou comuns, de propriedade comum – não eram terras da coroa – , com exploração direta e com caráter de pequena produção escravista ou familiar,

³⁶ BOXER, Charles R.. *A Idade de ouro do Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. Pág. 247

³⁷ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, Trabalho e poder*. São Paulo: Brasiliense Pág. 164

³⁸ BOXER, Charles R. Op. Cit. Pág. 248

³⁹ Dados encontrados em SILVA, Francisco Carlos Teixeira “*Pecuária, Agricultura de Alimentos e recursos Naturais no Brasil-Colônia*” In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.) *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Hucitec, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Edusp, Imprensa Oficial do Estado, 2002. Pág. 135.

muitas vezes dedicadas à criação de gado de pequeno porte; e áreas de uso coletivo, como malhadas e pastos comunais, utilizadas pelos grandes criadores e pelas comunas rurais.

No entanto, um problema a ser notado era a alta concentração de terras nas mãos de grandes criadores de gado, situação que acarretou reclamações por parte da administração colonial e problemas econômicos, como foi registrado em um ofício do capitão-mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, cujo teor versava sobre as necessidades de abastecimento pelas quais passava a Capitania do Ceará, pois os moradores se recusavam a plantar a mandioca, limitando-se à criação de gado.⁴⁰ Certamente o comércio de gado para Pernambuco poderia garantir mais lucros do que a produção para o abastecimento de gêneros alimentícios. No entanto, o abastecimento de víveres de primeira necessidade, como a farinha, era essencial para o sustento das capitanias.

O sertão, espaço físico situado a léguas de distância do litoral, na América portuguesa, era na verdade composto de vários sertões. Ao sul da colônia ficavam os sertões dos bandeirantes, os quais, ávidos por riquezas, desbravavam o território no meio de florestas e seguiam caminhos fluviais em busca de minas de ouro e do aprisionamento de nativos. Esse movimento acarretou um tipo de sociedade, na qual a troca de conhecimento entre portugueses e nativos fez florescer uma sociedade instável, moldada pelo meio, influenciada pelos costumes indígenas que, segundo Sergio Buarque de Holanda, garantiu o êxito do povoamento dos sertões paulistas.⁴¹

Já os sertões do norte, a periferia do açúcar, tinham uma estrutura física rústica, formada por uma vegetação composta de erva daninha, cerrado de cactos e arbustos espinhentos. Região de pessoas rudes, ao contrário da civilização na zona açucareira,

⁴⁰ AHU_ACL_CU_015, Cx. 9, D. 590.

⁴¹ HOLANDA, Sergio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

com um ambiente inóspito, uma região de fronteira, longe da administração lusitana⁴² e área de vários perigos, entre os quais a povoação composta por nativos, criminosos, ladrões de gado etc. Vários eram os casos de roubo de gado. Há registros solicitando do governo português medidas para a solução desses crimes⁴³, que geralmente não eram resolvidos. Para garantir a segurança faziam-se pedidos de permissão de porte de armas de fogo nas viagens pelo sertão, como o que foi feito pelo comandante do distrito de Água Maré, José de Brito Macedo.⁴⁴ Há ainda o caso de Manoel Zeferino, porta-bandeira da Primeira Companhia do Regimento de Infantaria paga da cidade de Olinda, que pediu provisão para usar pistolas em coldres para visitar as fazendas de gado do pai.

A ausência de instituições de justiça colaborava para o cenário assustador dos vastos sertões de Pernambuco e das capitanias anexas. Em finais do século XVIII, o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Souza Coutinho, pediu ao Presidente do Conselho Ultramarino que consultasse o requerimento dos moradores do sertão do Rio São Francisco, no qual pediam a criação de três lugares em que residissem ministros com funções judiciais, a fim de evitar a ação de criminosos e rebeldes na região.⁴⁵

Esses fatores são resultados do fato de o sertão ser uma área periférica em relação a Recife e Olinda, na qual a administração colonial e a representação do poder metropolitano estavam nas áreas urbanas centrais, onde também estavam concentrados a elite do açúcar, os grandes negociantes e os negócios com o além-mar.

Mas, longe dos centros urbanos centrais estava o inculto, um “vazio” de pessoas ligadas à civilização do açúcar⁴⁶. Conforme Kalina Vanderlei Silva, a palavra sertão deriva do termo “desertão”, ou deserto, um vazio de súditos da coroa, diferentemente do

⁴² SILVA, Kalina Vanderlei. *Op. Cit.*

⁴³ AHU_ACL_CU_018, Cx. 2, D. 161. De 17 de março de 1747.

⁴⁴ AHU_ACL_CU_018, Cx. 8, D. 536. De 3 de julho de 1779.

⁴⁵ AHU_ACL_CU_015, Cx. 196, D. 13479. De 13 de fevereiro de 1797.

⁴⁶ FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Op. Cit.*

conceito geofísico de deserto.⁴⁷ Todos esses dados permitem refletir sobre o papel desse espaço para a economia colonial, de como uma região tão inóspita conseguiu desenvolver uma economia que, no caso do couro, chegou a servir como artigo de exportação para Portugal.

Mesmo sendo considerada uma área periférica e de perigos constantes, o sertão desenvolveu uma economia que estava ligada aos centros açucareiros, graças ao seu papel de abastecedor de carne, couro e farinha para as vilas. Isso levou ao sertão grupos que estavam envolvidos com trocas comerciais entre o interior e litoral.

Dentro do contexto de uma economia colonial de exportação, os roceiros eram provedores de alimentos. O papel fundamental de alimentar as cidades e vila açucareiras pertencia à população rural livre. No norte do Estado do Brasil predominava o cultivo da mandioca. A resistência excepcional da mandioca à seca e sua capacidade de crescer em solos pobres fez com que ela se tornasse especialmente adaptável a estas áreas onde não se cultivava cana-de-açúcar. Essas características tornavam o cultivo de farinha bem competitivo. Em 1704, o Governador da Capitania de Pernambuco, Francisco de Castro de Moraes, escreveu uma carta ao rei D. Pedro II pedindo-lhe que concedesse aos lavradores de mandioca os mesmos privilégios que tinham os lavradores de cana-de-açúcar.⁴⁸

Outra função específica dentro da economia sertaneja da Capitania de Pernambuco, durante o século XVIII, eram os boiadeiros ou tangerinos. Os grandes senhores de terra dedicados à criação de gado no sertão precisavam de pessoas especializadas para cuidar das fazendas de gado. Cabia aos vaqueiros a construção de cacimbas durante a seca, cortar as “ramas”, as cactáceas e as macambiras, alimentos que tiravam a fome dos animais nos meses secos, marcar os bezerros, proteger o gado contra

⁴⁷ SILVA, Kalina Vanderlei. Op. cit. Pág. 189.

⁴⁸ AHU_ACL_CU_015, Cx. 21, D. 1957.

o ataque de animais selvagens e dos povos nativos do sertão, cuidar de doenças e epizootias (doença, contagiosa ou não, que ataca numerosos animais ao mesmo tempo e no mesmo lugar), além de prover alimentação e água para os rebanhos.

Os boiadeiros levavam uma vida melhor em comparação aos escravos dos canaviais. Até mesmo porque o boiadeiro podia nutrir-se do sonho de um dia tornar-se um criador de gado, graças ao pagamento pelos seus serviços, que era concedido em animais – um de cada quatro bezerros nascidos era entregue ao vaqueiro.⁴⁹

De acordo com as crônicas de Antonil, o papel do boiadeiro para a manutenção do comércio de carne verde nos principais centros urbanos e nas vilas açucareiras era de fundamental importância, pelo fato de que as boiadas eram transportadas a pé e podiam levar de dias a meses para chegar ao seu destino. Logo tanger essas boiadas não era tarefa das mais fáceis, pois os tangerinos deviam atravessar rios e cuidar para que o gado não fugisse. Sobre esse trabalho, Antonil comenta:

“Guião-se, indo huns adiante cantando, para serem desta sorte seguidos do gado; e outros vem atrás das rezes tangendo-as, e tendo cuidado, que não sahião do caminho e se amontem. As jornadas são de quatro, cinco, e seis legoas, conforme a commodidade dos pastos, aonde hão de parar. Porém, aonde há falta d’água, seguem o caminho de quize, e vinte legoas, marchando de dia e de noite, com pouco descanso, até que achem paragem, aonde possão parar. Nas passagens d’alguns rios, hum dos que guião a boiada, pondo huma armação de boi na cabeça, e nadando, mostra ás reses o vão, onde hão de pasar.”⁵⁰

O pagamento por esses serviços variava conforme a entrega. Para cada animal perdido havia um desconto no pagamento, que dependia da distância percorrida. Os homens que guiavam as reses pelos sertões em direção aos centros urbanos centrais e às vilas açucareiras se constituíam, conforme Antonil, de brancos, mulatos, pretos e índios, que no tanger do gado procuravam um modo de sobrevivência.

⁴⁹ ANDRADE, Manuel Correia de. Op. cit. Pág. 150.

⁵⁰ ANTONIL. Op. cit. Pág. 297-298.

Comentar sobre esses grupos, tangerinos e roceiros de farinha, que formaram parte da sociedade sertaneja no século XVIII em Pernambuco, evidencia também a importância do sertão para a economia interna, pois foi dessa região que saíam alguns dos víveres necessários para o provimento das necessidades de alimentação, tanto para os escravos quanto para senhores de engenho. No entanto, era uma economia voltada para o litoral, na qual quanto maior era a população do Recife, por exemplo, maior seria a demanda de produtos como farinha e carne para a área central.

Além disso, essa periferia, o sertão, deve a sua colonização a esses grupos que tangiam o gado, aos lavradores que cultivavam culturas agrícolas alternativas e ao próprio gado, que, criado sem cercas, adentrava no território. A consolidação da ocupação do sertão tornou possível o desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno, que servia para abastecer a zona canavieira e, posteriormente, a zona mineradora. Isso permitiu a formação de grandes fazendas de gado formando no século XVIII uma economia interiorizada no sertão, a qual estabelecia as bases do corte de carnes e exportação de couros em grande escala.⁵¹

A expulsão do gado das zonas canavieiras para o sertão foi favorecida por aspectos naturais: o clima semi-árido dificultava a proliferação de verminoses. Além disso, havia uma pastagem natural boa para o gado no período das chuvas e áreas úmidas nas margens dos rios e das serras para onde o gado poderia ser levado no período da seca. Aspectos econômicos também favoreceram para o traslado do gado para o sertão; contavam os pecuaristas com um mercado certo na área agrícola, que seria abastecido de carne, de couro e de animais de trabalho.⁵²

Conforme Tânia Brandão e Nelson Werneck Sodré, existiu uma evolução nas atividades pastoris no nordeste do Brasil divididas em três partes: a primeira foi

⁵¹ BOXER, Charles. *Op. Cit.* Pág. 232

⁵² ANDRADE, Manuel Correia. *Op. Cit.* Pág. 148 e BOXER, Charles. *Op. Cit.* Pág. 289

contemporânea ao empreendimento açucareiro, quando o gado servia como força motriz para a fabricação do açúcar; o segundo momento, quando o gado, perdendo a concorrência para a grande lavoura de cana, começou a adentrar no sertão.⁵³ A principal característica dessa fase foi a separação entre o curral e o engenho. A administração dos currais passou a cargo dos vaqueiros, que não eram ligados ao cultivo de cana. Sendo assim, o princípio de uma independência econômica em relação à lavoura canavieira passava a ser estabelecido. A terceira etapa ocorreu quando os pecuaristas penetraram bastante no sertão, chegando a atingir o território que atualmente constitui o estado do Piauí.

Apesar de não se tratar de rendimento muito alto, havia certa facilidade de capitalização no setor criador, graças ao próprio crescimento vegetativo do rebanho. Tratava-se de um crescimento modesto, porém um pouco mais seguro, pois menos sujeito às flutuações conjunturais. Ademais, a criação de gado *vacum* foi a primeira forma econômica de conectar o sertão aos principais centros do litoral.

As longas viagens e as condições precárias dos pastos existentes pelos caminhos levavam a uma forte depreciação do rebanho, o que acarretava uma baixa nos preços do gado ao chegar às vilas açucareiras ou aos grandes centros urbanos da região (Salvador e Recife/Olinda).

Todos esses problemas, mais o aumento da população no século XVIII na América Portuguesa⁵⁴, levaram ao desenvolvimento de uma atividade manufatureira que ganhou grande importância. Tal atividade consistia em desidratar a carne e salgá-la, o que aumentava o tempo de conservação da carne e facilitava, assim, a sua exportação para áreas mais distantes. O gado oriundo dos pastos do Ceará chegava a Recife e a Olinda bastante fraco, o que acarretava na depreciação do preço do rebanho. Por isso,

⁵³ BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O Escravo na Formação Social do Piauí: Perspectivas Históricas do Século XVIII*. Piauí: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999. Pág. 61

⁵⁴ SILVA, Kalina Vanderlei. Op. Cit. Págs. 65 a 68.

ainda em 1740, os cearenses aproveitaram as salinas do Aracati, na foz do Jaguararibe, para formar as primeiras oficinas para fabricação de charque, conhecido também como “carne-do-ceará”. Isso permitiu àquela região competir com os pastos da Paraíba e do Rio Grande no abastecimento da Capitania Pernambuco.⁵⁵

As charqueadas chegaram a crescer de tal forma que, conforme Manuel Correia de Andrade, em certo momento, a produção de charque começou a prejudicar a oferta de animais de tração aos engenhos de açúcar, levando o governo da capitania de Pernambuco a proibir o funcionamento de charqueadas no Rio Grande.⁵⁶

A carne bovina também chegou a ser exportada para a metrópole, mas em quantidade pequena. Existe apenas uma exceção no ano de 1762 quando, conforme José Ribeiro Jr., a coroa portuguesa encomendou 12.000 arrobas de carne seca, em decorrência da guerra que provocou a suspensão temporária do abastecimento de carne bovina feito pela Espanha.

Para os primeiros ocupantes do sertão, o couro era um artigo fundamental para a vida cotidiana. Segundo Capistrano de Abreu, os sertanejos viviam na “época do couro”:

“De couro era a porta das cabanas; rude leito aplicado ao chão, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a mala para guarda e a roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de facas, as brocas e os surrões, a roupa de montar no mato, as banguês para curtumes ou para apanhar sal; para os açudes o material de aterro era levado em couros por juntas de bois, que calcavam a terra com o seu peso; em couro pisava-se tabaco para nariz.”⁵⁷

⁵⁵ ANDRADE, Op. cit, pág. 153.

⁵⁶ ANDRADE, Manuel Correia. *A Pecuária e a produção de alimentos na colônia*. In: In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.) *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Hucitec, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Edusp, Imprensa Oficial do Estado, 2002. Pág. 106.

⁵⁷ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. Brasília: Ed. 5, Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1963. Pág. 147.

O couro, durante a segunda metade do século XVIII, mais especificamente a partir da implantação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba em 1764, chegou a ser o segundo item mais exportado para a metrópole e acabou por formar fábricas que tinham como objetivo curtir o “couro em cabelo” e tratar da qualidade do produto para exportação.

Essa região periférica estava dependente do litoral, onde se centralizava a maior parte da captação do excedente produzido no sertão. Maria Sylvia Porto Alegre, ao analisar a origem do trabalho livre no sertão do Ceará, observou no *Roteiro do Maranhão* considerações sobre o florescimento de Pernambuco, onde as áreas sertanejas contribuíram para o aumento da povoação, cultura e comércio das áreas litorâneas. Também as exportações de carne e couro dos sertões do Ceará tinham como mercado a capitania de Pernambuco.

Esse comércio do couro e da carne entre o sertão e os centros urbanos de Recife e Olinda contribuiu para dinamizar a economia interna colonial, assim como a externa, mas servindo como matérias primas para ser exportada à metrópole, além de modificar o espaço sertanejo, aumentando a população dessa área e fazendo surgir novas relações de trabalho.

Entretanto, deve-se salientar que o espaço que se modificava era erroneamente tido como uma área desabitada. A chegada do gado trouxe mais conflitos por posse de terras entre colonos e nativos ou mesmo entre colonos. Além disso, para abrir os pastos, a queimada era a única maneira mais fácil para acabar com a vegetação, que por sua vez prejudicavam também as lavouras de subsistência, ao provocarem a queima dos nutrientes do solo, tornando-o improdutivo em algumas áreas no sertão.

1.3 A produção de couro: artigo de exportação para Lisboa.

Os sertões eram áreas periféricas no norte do Estado do Brasil durante o século XVIII. Em São Paulo, os sertões também eram locais considerados inóspitos, de difícil acesso, onde estavam desbravadores motivados a capturar nativos. No entanto, este estudo está concentrado na região nordeste, especificamente na Capitania de Pernambuco, graças ao desenvolvimento do transporte do couro para as áreas litorâneas, bem como seu processamento e conseqüente comércio.

A baixa densidade populacional, a quase ausência de funcionários da administração real, o pouco fluxo comercial e de serviços, tornava a região bem diferente da do litoral, onde se concentrava a administração civil, religiosa e militar e o comércio garantia a estrutura dos engenhos localizados ao redor dos núcleos urbanos principais, que, por sua vez, exigia uma vasta gama de serviços e ofícios.

Entretanto, isso não significava uma total estagnação econômica da área sertaneja, mas sim a sua subordinação comercial ao Recife, que, graças ao seu porto que concentrava homens de negócio envolvidos com o comércio metropolitano e proprietários de fábricas de atados, fixava a presença de companhias de comércio naquela área na segunda metade do século XVIII.⁵⁸

O couro ocupava o segundo lugar na pauta de exportações da área abrangida pelo exclusivo da Companhia de Pernambuco e Paraíba entre 1759 à 1780. Além de servir como matéria-prima para vários utensílios domésticos como camas, “portas”, berços, também tinha a função de enrolar o tabaco para a exportação em navios, acreditando-se ser a melhor forma de conservar e proteger o fumo nas embarcações portuguesas. A

⁵⁸ No que se refere a Companhia monopolista em Pernambuco ver: RIBEIRO Jr., José. *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro: A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*. São Paulo: Hucitec, 2004. Em relação aos homens de negócio que possuíam fábricas de atados no Recife ver: CABRAL, George Felix. *Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Câmara Municipal de Recife (1710-1822)*, Salamanca, 2007. Tese de Doutorado.

comercialização do fumo nos mercados consumidores alcançava níveis elevados. Uma libra de tabaco pisado era vendida em Lisboa a 20-24 tostões, ou seja, 2.000 – 2.400 réis. Esse preço correspondia a 66-79.000 réis o rolo de 9 arrobas. Em Londres, a venda anual de 11.600 rolos de fumo pisado rendia 766.500 mil-réis. O elevado preço do fumo no mercado externo serve para ilustrar o quanto o mercado de exportação de tabaco necessitava de couro para enrolar o fumo e enviar a carga aos centros consumidores internacionais.⁵⁹

No ano de 1757, as exportações de couro das Capitanias do Norte para a metrópole eram de grande importância. Somente em atanados, eram enviadas a quantia de 10.000 unidades anuais, sendo considerada, contudo, insuficiente para o consumo metropolitano.⁶⁰ Sabendo dos lucros das exportações dessa manufatura, a Coroa portuguesa resolveu regularizar e incrementar o trânsito mercantil de couros produzidos na colônia, sendo eles manufaturados ou em cabelo. A coroa estabeleceu os preços dos fretes para os couros em cabelo, atanados e meios de sola e vaquetas provenientes da Bahia, do Rio de Janeiro e de Pernambuco e anexas em direção ao reino.⁶¹

Havia um crescente descontentamento dos colonos, não só produtores de atanados, mas também dos senhores de engenho, devido à incapacidade da Companhia de ampliar o mercado para os gêneros da colônia, que estavam em crescente produção. Conseqüentemente, encontram-se várias reclamações questionando o verdadeiro papel da Companhia em Pernambuco. Em 27 de maio de 1767, os oficiais da Câmara de Igarassu enviaram uma carta ao rei D. José I informando que a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba não vinha executando seu verdadeiro papel de desenvolver a

⁵⁹ BUESCU, Mircea. História econômica do Brasil: pesquisas e análises. Rio de Janeiro: APEC, 1970. Pág. 191.

⁶⁰ RIBEIRO Jr., José. Op. Cit. 151

⁶¹ Idem. Pág. 146.

economia, pois causava danos e o empobrecimento aos vassallos do Rei.⁶² No mesmo ano, os oficiais da câmara de Serinhaem também informavam ao rei que a Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba estava provocando danos aos comerciantes e pedia a resolução desse problema.⁶³

A partir de 1770, essas queixas agravaram-se e começou uma troca de acusações entre os senhores de engenho e os comerciantes contra a Companhia. Em ofício da Mesa da Inspeção ao provedor e aos deputados da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, a Mesa comentou as várias queixas feitas pelos senhores de engenho contra a Companhia. Boa parte das reclamações estava centrada no preço das caixas de açúcar estipuladas pela Mesa de Inspeção e em reclamações sobre as más safras.⁶⁴

Em nove de junho do mesmo ano, a Mesa de Inspeção escreveu um ofício aos deputados da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, no qual eram tratados os problemas que vinham tendo com os amotinadores, pois estes incitavam a que se vendessem as caixas de açúcar apenas pelos preços mais elevados, o que gerava dificuldades em embarcar as mercadorias.⁶⁵

Por outro lado, uma representação dos senhores, lavradores de açúcar, agricultores de tabaco da capitania de Itamaracá, pedia uma solução para o miserável estado em que eles se encontravam desde a criação da Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba.⁶⁶ As inúmeras reclamações contra a Companhia refletiam os interesses locais, que estavam em descompasso com os interesses da coroa e dos mercadores metropolitanos.

No período de 1773, a situação começou a se agravar com amotinacões por parte dos senhores de engenho e comerciantes de Pernambuco. O senhor de engenho

⁶² AHU_ACL_CU_015, Cx. 104, D. 8099.

⁶³ AHU_ACL_CU_015, Cx. 105, D. 8102.

⁶⁴ AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8421.

⁶⁵ AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8425.

⁶⁶ AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8393.

Francisco Xavier Cavalcanti chegou a ser preso, acusado de iniciar toda a perturbação contra a Companhia, mas no mesmo ano conseguiu fugir da prisão.⁶⁷ Para conter as amotinções, o juiz Conservador da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba chegou a pedir auxílio militar para prender os revoltosos.⁶⁸

Mas a companhia aproveitava-se da situação, uma vez que o preço baixo, em razão da grande produção, podia lhes proporcionar mais lucros. Sobre os preços pagos na colônia, a Companhia ganhava de 30% a 50% ao vender o atinado em Lisboa, onde havia mais compradores de couros do que de açúcar, devido ao uso dessa matéria prima por pequenos e médios artesãos.⁶⁹ Porém, esse comércio não estava livre de concorrência, pois o couro francês também era importado por Lisboa. João Guimarães e Castro, comerciante da praça do Recife, escreveu ao Conselho Ultramarino sobre as vantagens de se adquirir os couros dos criadores de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande e Piauí, alegando mais qualidade no curtimento e melhores preços.⁷⁰

Todo o processo de exportação – os couros que saíam ou eram produzidos no sertão, o beneficiamento desse couro nos curtumes de Pernambuco e seu transporte até Lisboa – criou a necessidade de adquirir mão-de-obra especializada e grupos de negociantes para tornar possível o comércio que ligava a periferia (sertão) à metrópole.

O abastecimento de couro para as fábricas do Recife vinha das fazendas de gado do sertão. Os mercadores particulares faziam a ligação entre os criadores e os centros de beneficiamento, fornecendo aos fazendeiros manufaturas e produtos alimentares em troca do couro em cabelo ou solas brancas. Aproveitavam os cursos dos rios, como o rio

⁶⁷ AHU_ACL_CU_015, Cx.115, D. 8806.

⁶⁸ AHU_ACL_CU_015, Cx. 115, D. 8801.

⁶⁹ RIBEIRO Jr., José. Op. cit. p. 150.

⁷⁰ AHU_ACL_CU_015, Cx. 185, D. 12874.

Una, na Capitania de Pernambuco⁷¹, e faziam uso de dezenas de pequenos barcos promovendo um relativo comércio interno.

Na Capitania de Pernambuco, para aumentar a produção de couro, o governador pediu à metrópole um mestre curtidor para o tratamento das vaquetas, solas e atanados. Esse mestre deveria fiscalizar todos os couros curtidos, não se admitindo na casa de inspeção e a bordo dos navios os atanados não liberados pelo oficial especializado, que teria, também, o encargo de instruir os produtores no sentido de melhorar o beneficiamento das solas.

De simples fornecedor de carne aos centros litorâneos, o sertão passou a projetar a sua economia através da produção de couros de gado vacum. Na segunda metade do século XVIII o couro foi integrado à economia atlântica, ocupando papel de destaque nas carregações, quer em volume quer em valor. Além disso, a courama foi responsável em unir espaços coloniais: o couro do sertão curtido nas fábricas próximas ao litoral e exportado para Portugal pelo porto do Recife.

⁷¹ Esse rio ligava o sertão às áreas litorâneas ajudando no transporte de madeira e de outros artigos. No entanto, o rio Una não era um rio perene, causando problemas de transporte no período da seca. AUH_ACL_CU_015, Cx. 239, D. 16052.

Capítulo II.

O outro lado da moeda: o desenvolvimento da economia sertaneja no século XVIII

2.1 O desenvolvimento econômico em outros sertões: o caso do sertão das Minas Gerais no Século XVIII como área central.

Os homens de negócio da Capitania de Pernambuco conseguiram edificar fábricas de atados nessa região e estabeleceram uma relação comercial entre o sertão, que fornecia o couro, e o litoral, onde se encontrava as fábricas – como no Recife. Chegaram, inclusive, a pertencer à câmara do Recife, como foi o caso da família Costa Monteiro, exercendo importante papel político naquela vila durante o século XVIII o que será melhor analisado no terceiro capítulo.

Mas o papel representado pelas fábricas de manufaturas durante o século XVIII, no Estado do Brasil e na Capitania de Pernambuco, também se encontra dentro da relação de pólos centrais e regionais no interior da América portuguesa, graças ao desenvolvimento das principais fábricas de manufaturas na Colônia. Também desenvolveram-se na região Sul, onde as fábricas de fundição do ouro, são citadas como “fábrica” nas documentações oficiais do Conselho Ultramarino.

Elegeram-se essas duas fábricas, a do processamento do ouro e a da cana-de-açúcar, como os dois núcleos da economia colonial, tendo em vista que as mesmas trouxeram desenvolvimento comercial, atraindo comerciantes, diversificando a economia local, aumentando contingente populacional e desenvolvimento artístico e arquitetônico. Dessa maneira tanto o açúcar ou o ouro não eram os únicos produtos de exportação nas áreas açucareiras ou auríferas.

Também foram escolhidos estes dois espaços – as Minas Gerais e Pernambuco – durante o século XVIII, graças aos seus produtos que mais deram renda a Portugal. Mas foi o ouro o principal produto de exportação para Lisboa durante boa parte do século XVIII, tornando a região mineira como um dos centros econômicos da colônia. Em pleno sertão, a área das minas, descoberta por paulistas, destacou-se não somente pelo

ouro, mas também por outros segmentos do comércio, como veremos mais a frente. Também destaca-se o desenvolvimento da arte sacra, o arcaísmo literário, no final do século XVIII como consequência do florescimento econômico dessa região.

Mais ao norte, na Capitania de Pernambuco, o açúcar também obteve um bom ritmo de exportação, apesar das altas e baixas flutuações do mercado externo⁷². Tanto o ouro, recém-extraído da terra quanto a cana-de-açúcar precisavam de beneficiamentos para serem exportados.

Nesse contexto, as fábricas de manufaturas conseguiram desenvolver no interior da colônia uma rede de comércio ligando núcleos regionais com a metrópole – por exemplo, o impacto das fábricas de salitre na economia sertaneja na Capitania de Pernambuco durante o século XVIII –, ou com uma fabricação de manufatura que acabava impulsionando outras, como os engenhos impulsionaram as charqueadas do Ceará para obtenção de alimentos para a população das áreas açucareiras.⁷³

O Estado do Brasil tornou-se a principal colônia portuguesa graças ao ouro das Minas Gerais. Neste espaço, acabou por desenvolver a principal forma de exploração da região Centro-Sul e também da colônia durante todo o século XVIII, que foi a extração de ouro de aluvião. Com isso, as fábricas, que transformavam ouro em moedas por meio da cunhagem, após sua extração ou as que transformavam o metal precioso em barra, foram o núcleo dos sertões do ouríferos.

Essas fábricas atraíram, para a região, homens ávidos em ter lucros. Um exemplo foi o caso de João Barbosa Moreira, mineiro nas minas do Serro do Frio, que, em 1744, solicitou uma provisão de dez datas de terra na parte mais conveniente da Serra de

⁷² SHUWARTZ, Stuar. Segredos internos. Contrapõe a idéia de crise em sua obra o Antigo Sistema Colonial.

⁷³ ANDRADE, Manuel Correia. Op. Cit. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. Op. cit. pág. 56.

Pedra, para ali estabelecer uma fábrica semelhante às das Índias e da Espanha, com o objetivo de extrair ouro.⁷⁴

No entanto, no processo de extração de ouro também traziam pessoas que tentavam, a qualquer custo, burlar as leis reais edificando falsas fábricas de moedas e barras de ouro. Foi o caso de Miguel da Costa de Azeredo que, por edificar uma fábrica de barras falsas de ouro, acabou por ter sua prisão decretada pelo intendente da Fazenda Real das Minas, na Comarca do Rio das Mortes.⁷⁵ De acordo com a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, esses criminosos que tentavam falsificar barras de ouro eram encaminhados para o reino por ordem do Conselho Ultramarino.⁷⁶

O ouro das Gerais, mais o processo de extração, as fábricas de cunhagem de moedas ou de barras de ouro, trouxeram para a Colônia uma rede de comércio interno que conectava várias regiões da Colônia, como a Capitania da Bahia que, no caso, exportava escravos para as áreas mineradoras.

O historiador João Goulart⁷⁷ acredita que alguns cativos africanos levados para as minas devem ter sua origem nas capitanias do Norte. Eles seguiam ao seu destino pelas estradas que partiam de Salvador, provando a existência de uma circulação interna de mercadorias e pessoas entre a Bahia e as áreas mineradoras, graças à necessidade de mão-de-obra para a extração do ouro.

A economia mineira também levou para a Capitania do Rio de Janeiro desenvolvimento comercial. Conforme Antônio Carlos Jucá de Sampaio⁷⁸, ainda na primeira metade do século XVIII, os negócios mercantis superavam os negócios agrários e transformaram a capitania fluminense no porto da região mineradora.

⁷⁴ AHU_ACL_CU_Minas Gerais, Cx, 44, D. 60.

⁷⁵ AHU_ACL_CU_Minas Gerais, Cx. 29, D. 53.

⁷⁶ AHU_ACL_CU_Minas Gerais, Cx. 34, D. 37.

⁷⁷ GOULART, Maurício, A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico. São Paulo; Alfa-Ômega, 1998. p. 151.

⁷⁸ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. Características gerais da economia fluminense na primeira metade do século XVIII. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues e outros (org.). História quantitativa e serial no Brasil: um balanço. Belo Horizonte: ANPUH – MG, 2001, p. 316.

Além de desenvolver outras áreas da colônia, nas áreas mineradoras, várias formas de fábricas de manufaturas acabaram sendo estabelecidas para suprir as necessidades daquela região. Alguns exemplos que podem ser citados são as fábricas de sabão preto, solicitada pela câmara da Vila de São José e logo estabelecida;⁷⁹ no ano de 1776, os oficiais da Câmara de Vila Nova da Rainha, queixando-se dos altos preços do sal, do ferro e do aço que vinham do Rio de Janeiro para as Minas Gerais, edificaram uma fábrica dos sobreditos metais após a aprovação do Conselho Ultramarino;⁸⁰ Manuel Alvares Correia, natural do reino e residente no arraial de Nossa Senhora da Piedade de Paraopeba, no ano de 1797, conseguiu erguer uma fábrica de fazer papel após requerimento ao Conselho Ultramarino.⁸¹

Essas fábricas de beneficiamento foram as encontradas referentes à região das minas. Todavia, pode-se afirmar que o ouro resultou no estabelecimento de fábricas para tratar de cunhar e transformar o metal precioso em barras. Mas, como demonstrado no parágrafo anterior, o ouro não foi a única forma de exploração econômica, considerando-se que outras formas de manufaturas acabaram surgindo para suprir as necessidades das áreas mineradoras, diversificando, assim, sua economia e tornando-as uma região central no Estado do Brasil.

Essa diversificação da economia mineira setecentista foi decorrente da criação das fábricas de manufaturas como a de papel, a de sabão e a de extração de ouro com sua transformação em moedas ou barras de ouro, acarretando no desenvolvimento no desenvolvimento de outras áreas do Estado do Brasil. Caio César Boschi destacou que a interligação entre os comerciantes mineiros do sertão e o mercado metropolitano foi fruto da grande capacidade de consumo da população citadina das Gerais, sempre ávida por novidades, fato este que obrigava os comerciantes locais a abastecerem suas lojas

⁷⁹ AHU_ACL_N_Minas Gerais, Cx. 56, D. 92.

⁸⁰ AHU_ACL_N_Minas Gerais, Cx. 94 D. 49.

⁸¹ AHU_ACL_N_Minas Gerais, Cx. 143 D. 74.

com mercadorias e estoques diversificados. Tal afirmação corrobora o fato de a economia setecentista mineira ter possuído fábricas de manufaturas que iam além da extração de ouro.⁸²

As Minas Gerais foram centros regionais no período colonial, graças ao ouro que, conseqüentemente, conseguiu atrair outras formas de fabricação de manufaturas e de comércio interno. Um pólo central encravado no meio do sertão que possibilitou o crescimento de outras regiões como o Rio de Janeiro, o que era bem diferente dos sertões de Pernambuco, no qual o centro regional das Capitâneas do Norte encontrava-se na região litorânea do plantio de cana. Era em Recife e Olinda onde se encontravam as principais instituições políticas, o porto de escoamento de produtos para Portugal, local onde morava a nobreza da terra e homens de negócio.

No entanto, isso não significou uma estagnação econômica por parte do sertão de Pernambuco. Ver-se-á adiante que não era só da criação de gado que estava restrita a economia sertaneja no século XVIII, tendo em vista a produção de manufaturas como o salitre e o anil.

2.2 O desenvolvimento econômico nos sertões de Pernambuco no século XVIII.

No sertão mineiro, o ouro proporcionou para aquela região bastante riqueza e desenvolvimento econômico, com o estabelecimento de fábricas que favoreceram a economia interna daquela região sertaneja. No caso das Capitâneas do Norte, era no litoral onde estavam as instituições políticas, administrativas e religiosas.

Em Pernambuco do século XVIII, a economia açucareira acabou proporcionando o desenvolvimento de outras áreas, como o sertão, que tinha o Recife como local de referência comercial devido ao porto, aos homens de negócio, e Olinda como referência

⁸² BOSCHI, Caio César. Nem tudo que reluz vem do ouro. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. Op. Cit. Pág. 61.

política e religiosa. Diferentemente dos sertões das minas, a colonização das áreas sertanejas do norte da colônia partiu do litoral para as áreas periféricas.⁸³ Também nos sertões pernambucanos do século XVIII, desenvolveram-se formas de processamento manufatureiro que resultaram na diversificação da economia local, inclusive algumas manufaturas foram utilizadas como artigo de exportação para a Metrópole. Desses produtos, podem ser citados o anil e o salitre. O primeiro era uma tintura de cor azul extraída de uma variedade de plantas que por muito tempo foi a única fonte de tintura desta coloração para tecido. Já o salitre era um nitrato, extraído da terra, que servia para a preparação de pólvora e a fabricação de vidro, dois produtos de extrema importância tanto quanto para a colônia como para metrópole⁸⁴.

Boa parte das fábricas de salitre do século XVIII, ao menos as encontradas nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, localizavam-se na região sertaneja da Capitania de Pernambuco próximo ao rio São Francisco. No início do século XVIII, mais precisamente entre os anos de 1703 e 1704, os colonos não conseguiram obter muito sucesso com a extração desse nitrato, porque as minas encontravam-se em terras indígenas, mais especificamente dos gentios da nação Macarus, assim chamados pelos portugueses. Tal fato culminou em um conflito na região entre colonos e nativos.⁸⁵ Além disso, a grande distância entre as minas, que ficavam no sertão, e o porto do Recife, de onde iria ser exportado pelo porto, acabou prejudicando o comércio entre o sertão e as áreas litorâneas.⁸⁶

No ano anterior a 1742, a referências na documentação a proprietários de salitreiras e de como preparar pólvora a partir dessa matéria prima. O capitão Antônio Gonçalves de Araújo, Manoel Fernandes Lavado e João Batista Rodrigues, proprietários

⁸³ PRADO, Caio Jr. A cidade de São Paulo: geografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1998.

⁸⁴ AHU_ACL_CU_015, Cx. 206, D. 14073. 13 de março de 1799.

⁸⁵ AHU_ACL_CU_015, Cx. 20, D. 1941. De 25 de setembro de 1703.

⁸⁶ AHU_ACL_CU_015, Cx. 21, D. 1950. De 15 de Janeiro de 1704.

de fábricas de salitre no sertão, pedem permissão de passaportes ao Rei para seis estrangeiros e dois criados portugueses, oficiais fundidores e separadores de metais, que iriam trabalhar nas minas de salitre. O monarca português concedeu os passaportes a estes profissionais.⁸⁷ Esse fato evidencia, primeiramente, que o trabalho nas minas de salitre consistia em trabalho livre, embora o trabalho escravo também era utilizado e abastecido os homens vindos do reino. Em segundo lugar, a extração de salitre nesse período proporcionou resultados interessantes para a coroa portuguesa, tendo em vista que o salitre era essencial para a fabricação de pólvora.

Num registro encontra-se o contrato de permissão do rei, para que os homens citados anteriormente, abrissem fábricas de salitre:

*que pelas experiencias que adquirirão nos Certões do Estado do Brasil intentarão em diversas paragens delle abrir Minas de Salitre, as quaes tinhão descoberto, e se achavão com a sufficiencia necessaria para efetuarem esta empresa de tão relevantes consequencias.*⁸⁸

Para isso, Antônio Gonçalves de Araújo, Manoel Fernandes Lavado e João Batista Rodrigues conseguiram o monopólio do salitre no período de 15 anos, tendo como contra partida de pagar um quinto de todo o salitre que fosse retirado das minas pelo tempo de dois anos. Passado esses dois anos, pagariam os mesmo valores tributários do salitre que saíam de outras partes, sobre tudo da Europa, para Portugal.

Vários eram os termos contratuais para processo de beneficiamento de salitre, no que se refere: aos profissionais que iram trabalhar nessas minas; a concessão de escravos; à relação com os nativos; aos materiais a se utilizar e aos preços a se pagar pelos víveres da região.

A fábrica de salitre acabou desenvolvendo no sertão de Pernambuco a produção de víveres para suprir algumas das necessidades da empresa. De acordo com o Conselho

⁸⁷ AHU_ACL_CU_015, Cx. 58, D. 4983. De 6 de outubro de ant. 1742.

⁸⁸ AHU_ACL_CU_015, Cx. 58, D. 4983. De 6 de outubro de ant. 1742.

Ultramarino, “os moradores das terras onde situarem as suas fábricas, lhe venderão os frutos pelos preços comuns que se venderem nas mesmas terras”⁸⁹. O consumo de víveres pelos trabalhadores das minas de salitre contribuiu para dinamizar as trocas comerciais locais.

Os materiais utilizados para a manufatura do salitre deveriam ser pagos pelos empreendedores da extração do salitre, ou seja, parte dos investimentos do empreendimento vinha dos próprios proprietários da fábrica, conforme ficou estabelecido pelo o rei D. João V:

*As ferramentas e caldeiras, que por ordem minha forão para o Brazil para a mesma manufactura das Minas de Salitre, que não tiverão effeito, e se acharem em ser, poderão os suplicantes tirar as que forem capazes, e se necessitarem, as quaes serão avaliadas por seu racionavel preço, e as pagarão findos cinco annos depois que lhe forem entregues, dando fiança segura, e abandonada a contento dos Provedores da Fazenda Real da America.*⁹⁰

Havia três formas de mão-de-obra, basicamente, para o trabalho na fábrica de salitre: o trabalho especializado realizado por portugueses, o feito por mão-de-obra livre sem especialização e o trabalho braçal empreendido por cativos africanos ou índios mansos.

O trabalho livre especializado só poderia ser exercido por pessoas que tivessem prática para apurar a qualidade e refinar o salitre. Esses profissionais deveriam ser apresentados ao Conselho Ultramarino para a confirmação de suas competências. Apenas seis portugueses profissionais no preparo do nitrato, por determinação das leis reais, poderiam sair do reino para as fábricas. Sendo casados, poderiam vir com suas famílias.⁹¹

Esses profissionais tinham de ter o conhecimento da extração do salitre, separar a terra da manufatura a ser beneficiada e misturá-la à pólvora, produzindo assim uma

⁸⁹ AHU_ACL_CU_015, Cx. 58, D. 4983. De 6 de outubro de ant. 1742.

⁹⁰ AHU_ACL_CU_015, Cx. 58, D. 4983. De 6 de outubro de ant. 1742.

⁹¹ AHU_ACL_CU_015, Cx. 58, D. 4983. De 6 de outubro de ant. 1742.

pólvora mais poderosa que a convencional. Para esse processo, o trabalhador deveria ter noções de ação e reação dos elementos químicos. Francisco José da Costa Rocha e Mendonça, ajudante do Corpo de Artilharia, escreveu para o rei descrevendo, em detalhes, o método utilizado para extrair o salitre da terra e transformá-lo em pólvora. No sentido de clarificar o processo de beneficiamento, José da Costa mandou ao Rei amostras enumeradas de cada fase do processo, bem como a descrição destas:

Lancei a terra que recebi, e he irmão da que vai na amostra N^o 1, em hum taxo de cobre; e como pesava quase 3 libras, lhe lancei 6 de agoa e levando a fogo violento fui mechendo, findas duas horas tirei o taxo e passei por a agoa por inclinação para um recipiente igual a o primeiro, ficando um deposito a terra que a ofereço debaixo do N^o 2. Sucessivamente passei a filtrar a lixívia por hum pano de linho forrado de papel, e levando a fogo violento no mesmo 1^o vaso, e tendo fervido por duas horas a tirei e passei o 2^o vaso e o puz com tranqüilidade, nesta operação produziu as espumas, e de perito constante da amostra N^o 5. Findas 24 horas passei a ver o resultado da operação e achei a lixiva cristalina e no estado que ofereço na amostra N^o 4. Logo passei a pretender a purificação; dissolvi em agoa o Salitre e tudo o como a operação precendentes de que resultou o Salitre que ofereço na amostra N^o 6. Conseguida a purificação a purificação tentei conseguir o ultimo estado da refinação. Lancei o Salitre em hum cadinho que não cobri, e nem apliquei fogo de carvão, e levando a fogo violento a derreti e limpei tirando a do fogo, e deixando esfriar produziu o que ofereço de baixo do N^o 7. tirado do cadinho o lancei em hum dos vasos de que me servi no principio do ensaio e o puz a fogo brando por um espaço de hum quarto de hora, e fervido, adquirido huma cor de neve, cobri-o de agoa, e lhe apliquei fogo violento ate que mostrou o Salitre que ofereço com o N^o 8. Este salitre pelas operações que tenho feito, he suficiente para retificação a que me ofereci (...) Os meus sentimentos a respeito do Salitre que ofereço de baixo do N^o 8 foram verificados pelo ensaio que fiz; tomei huma quarta de polvora, que ofereço de baixo do N^o 9 e juntando-lhe methodicamente o Salitre produzio a superior polvora que vai como o N^o 10.⁹²

⁹² AHU_ACL_CU_015, Cx. 206, D. 14073. 13 de março de 1799.

De forma mais simples, o processo de extração do salitre, de acordo com Márcia Helena Mendez Ferraz⁹³, começava no momento em que se acondicionava as camadas da terra de que se pretendia extrair o salitre alternadas com outras de cinza, em tonéis. Algumas vezes, acondicionava-se com camadas de palha adicionadas para facilitar a passagem da água. Fazia-se uma cova na parte superior deste arranjo, onde se adicionava potassa (carbonato de potássio), para em seguida, colocar água. Passado algum tempo, deixava-se escorrer (através de torneiras ou de orifícios até então tampados) a água, carregada de salitre, que era levada a evaporar em caldeiras. Durante o processo de evaporação, retirava-se, com uma escumadeira, a massa de sal comum (cloreto de sódio) que se vai formando até se ter apenas o líquido. Continuava-se até evaporação total, quando se tinha, finalmente, o salitre "bruto ou impuro", que veria a ser refinado posteriormente.⁹⁴

No que se refere aos indígenas, conforme a documentação, os donos do empreendimento do salitre poderiam, caso fosse preciso, contratar os missionários e administradores dos “índios mansos” para servirem na fábrica de salitre no sertão da Capitania de Pernambuco, conforme o seguinte contrato:

*Que poderão (...) com os missionarios, e Administradores dos Índios dito mansos para se servirem delles nas ditas fabricas.*⁹⁵

Mas Antônio Gonçalves de Araújo, Manoel Fernandes Lavado e João Batista Rodrigues tinham direitos a cativos africanos, conforme o Conselho Ultramarino:

⁹³ FERRAZ, Márcia Helena Mendez. *A produção de salitre no Brasil colonial*. São Paulo: *Quím. Nova* [online]. 2000, vol.23, n.6 ISSN 0100-4042. Pág. 845-846.

⁹⁴ A lixiviação – que ocorre pela adição de água – tem como objetivo a separação, pela dissolução, dos componentes solúveis, entre eles, o salitre. A adição de cinzas e potassa (em alguns casos, adicionava-se uma ou outra) intercalando as camadas de terras visava a obtenção de uma quantidade maior de salitre. In: FERRAZ, Márcia Helena Mendez, Op. Cit. Pág. 849

⁹⁵ AHU_ACL_CU_015, Cx. 58, D. 4983. De 6 de outubro de ant. 1742.

*Que poderão mandar em cada hum anno dos quinze, que lhe são concedidos, hum navio à costa da Guiné, Angola, ou outro qualquer porto a fazer conduzir escravos para o serviço das ditas minas, praticando-se com o dito Navio o mesmo, que pela ley novissima se manda observar com as embarcações, que vão da Costa da Mina, o qual o navio poderão mandar expedir em qualquer tempo, que lhes for mais conveniente, pagando à minha Fazenda as fazendas, que levar, como dos escravos, que extrahirem, os quaes poderão conduzir aos portos do Brazil(...)*⁹⁶

No entanto, não foi encontrada na documentação qual função específica foi exercida pelos escravos africanos ou nativos pelos donos de fábrica de salitre para o serviço pesado. Há referências minuciosas para o trabalho especializado. Porém, Isnara Pereira Ivo⁹⁷, ao se referir à extração de salitre nos sertões da Bahia, analisa essas duas formas de mão-de-obra utilizadas. A indígena tinha por objetivo auxiliar no transporte fluvial, enquanto os cativos africanos eram obrigados a trabalhar na procura das minas e na escavação dessas. A autora, citando ofício de Pedro Leonino Martiz sobre as suas descobertas de salitreiras no sertão, comenta sobre a mão-de-obra africana:

*Sem socorro da substância corporal, não hão de poder subir e descer os monte, que V. Ex. viu e sabe o quanto lhe custou a subir um e assim saberá V. Ex. dar a providência necessária para que não falem as forças em diligência tão precisa e importante e hajam os escravos necessários, ágeis e fortes para aqueles serviços e persuada-se V. Ex. que com menos de 80 a 100 negros, se não podem fazer e feitores que os toquem (...) que se abram cavas fundas, para o desengano se naquela altura cristaliza o salitre depois que lhe o ar e que assim que tiver descoberto a quantidade deste mineral, que persuada seguramente o estabelecer-se fábrica Real*⁹⁸

É interessante observar que, em pleno sertão, o desenvolvimento da manufatura de salitre contribuiu para o desenvolvimento de uma economia regional, embora incipiente envolvendo mão-de-obra livre e escrava, além de absorver a produção de

⁹⁶ AHU_ACL_CU_015, Cx. 58, D. 4983. De 6 de outubro de ant. 1742.

⁹⁷ IVO, Isnara Pereira. *Trânsito cultural, conquistas e aventura na América portuguesa*. In: FURTADO, Junia Ferreira. *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e Áfricas*. São Paulo: Annablume, 2008. Pág. 453.

⁹⁸ *Idem*.

mantimentos daquela região. O estabelecimento de mais uma atividade econômica no sertão contribuiu para um certo dinamismo econômico da Capitania de Pernambuco.

O anil foi outra forma de manufatura beneficiada em terras do sertão de Pernambuco, propiciando lucros, embora menor em relação ao açúcar. Mas esta atividade também contribuiu para a vinda de especialistas e escravos para esse empreendimento.⁹⁹

Um dos proprietários foi Antônio José Solto, intendente da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, que estabeleceu fábrica em Salvaterra do Beberibe e que em carta dirigia-se ao Rei de Portugal relatando: “com mais trabalho de que imaginava tenho conseguido a manufatura do Anil na fábrica que estabeleci em Salvaterra do Beberibe”.¹⁰⁰ É possível sugerir que o dito intendente da companhia monopolista utilizando-se do cargo, obteve vantagens na obtenção da exploração das plantas de onde se extraía o anil. Assim como na Câmara do Recife, quando os irmãos Costa Monteiro obtiveram vantagens em relação ao comércio do couro, caso que será analisado no capítulo seguinte, verifica-se como foi constante entre a ocupação de cargos públicos e a obtenção de mercês e privilégios.

Ao analisar os gastos desse empreendimento, foram encontradas referências ao trabalho escravo e ao trabalho livre na transformação da manufatura do anil. Na despesa que faz uma libra de Anil silvestre estão inclusos os custos do investimento de dois escravos apenas, que era do valor de \$200, mais o salário do mestre e de seus ajudantes que estava na ordem de \$400.¹⁰¹

Essas despesas eram somadas ainda com a fabricação dos instrumentos, que estava na ordem de \$50; para o transporte até o reino de Portugal \$20; para o frete dos

⁹⁹ Infelizmente, não foram encontrados estudos sobre a extração e produção do anil na época colonial para este trabalho, a não ser os documentos citados aqui.

¹⁰⁰ AHU_ACL_CU_015, Cx. 119, D. 9102.

¹⁰¹ AHU_ACL_CU_015, Cx. 119, D. 9101. De 3 de maio de 1775.

navios \$168; para os benefícios da fábrica \$168; totalizando 2\$000. Um investimento pequeno, se comparado à lavoura açucareira, possibilitando mais uma forma de estabelecimento manufatureiro no sertão bem como o estabelecimento de trabalhadores livres e escravos na região.

A economia sertaneja na Capitania Pernambuco, no século XVIII, colaborou para uma dinamização das relações internas colônias e da relação do sertão com a metrópole via porto do Recife. No entanto, isso não significou que o sertão das capitanias do Norte se tornasse centro regional como foi o caso do sertão minerador, tendo em vista que o complexo açucareiro, o Porto do Recife e a vila de Olinda concentravam boa parte da população e os poderes político e religioso daquela região.

2.3. O sertão e a metrópole: a estrutura e os números das exportações do couro para Portugal

As minas de salitre e a extração do anil impulsionaram o desenvolvimento nos sertões de algumas formas de economia além da criação de gado e a produção alimentos. Contudo, é possível perceber como o sertão contribuiu para o mercado externo ao analisar os dados das exportações do couro para a metrópole no período de 1781 a 1790. Há apenas estimativas desse mercado externo, pois a exatidão dos números do período estudado, pois a exatidão fica impossibilitada pelo fato de algumas informações terem se perdido.

Devido a grande quantidade de mapas de carga catalogados nesta pesquisa, datando de 1770 a 1799, foi privilegiado o período de 1781 a 1790 pelo melhor detalhamento e organização dos mapas oferecendo um painel rico em detalhes dos produtos exportados, de seus preços, volumes enviados. Este fato é relevante no sentido de que este período, correspondente aos dez anos posteriores ao fim da Companhia Geral

de Pernambuco e Paraíba, evidencia um fluxo constante de transações comerciais mostrando uma continuidade ao período estudado por José Ribeiro Jr. no que concerne à exportação de couro. Os registros anteriores a esse período, inclusive, são incompletos e faltam os preços das mercadorias, sendo indicado apenas a quantidade das cargas.

Abaixo, encontram-se as embarcações que compunham a estrutura naval de Portugal, incluindo as embarcações que faziam o trajeto Pernambuco/Lisboa, descrito para o ano de 1780:

QUADRO 1
Número da frota portuguesa dos navios de 1780

Embarcações	Ano de fabricação	Toneladas pouco mais ou menos	Tripulação	Total de Peças de Artilharia
Santo Antônio	1763	150	20	8
Natividade	1764	150	35	8
São José	1772	200	25	8
Olinda	1773	500	40	22
Netuno	1774	670	120	32
Voador	1775	330	40	20
Partilhão	1775	130	20	6
Delfim	1775	330	40	20
Cisne	1776	330	40	20
Polijemo	1777	800	120	34
Tejo	1777	330	36	20
Água de Douro	1777	270	30	12
Providência	1778	100	20	4
Litoral	1779	300	30	20
Boussas	----	500	50	24
Princesa	----	400	45	22
Glória	----	460	50	24
Nossa Senhora do Sacramento	----	100	25	6
Guia	----	120	30	6
Navegantes	----	130	30	8
Nossa Senhora do Rosário	----	130	30	8
Conceição e Santo Antônio	1778	670	120	34
Príncipe do Brasil	1779	670	120	28
TOTAL	24	8110	1156	404

Fonte: AHU_ACL_CU_015, C. 136, D. 10159. 1º de maio de 1780.

Na tabela, as sete embarcações que estão sem o ano de fabricação são consideradas antigas, pois são anteriores a 1763. Mas os navios Boussas, Princesa e Glória, Netuno e Polijemo possuíam uma boa estrutura, ao menos em número de tripulantes e peças de artilharia. Geralmente, a carga dessas embarcações estava dividida em açúcar, courama, secos, molhados e madeiras.

O açúcar correspondia em média 55% a 60% do valor total das cargas dos barcos portugueses que saíam do porto do Recife entre 1781 e 1790. Entre os outros gêneros embarcados estavam “os secos” que correspondiam ao algodão e à goma, “os molhados” que eram a aguardente e o melaço da cana e, por fim, “as madeiras”, divididas normalmente em pau-brasil, pau para construção e taboados. Estes últimos gêneros somados davam em média 10% a 15% do total do valor da carga saída do porto do Recife.

Ao se analisar 115 mapas de carga, o que corresponde aproximadamente ao número de viagens entre Pernambuco e Lisboa durante os anos de 1781 a 1790, pode-se notar a ausência do couro na lista de produtos encaminhados ao reino em apenas um carregamento. Já o açúcar está ausente em dois carregamentos. Mas em todos os navios a carga de madeira esteve presente. Isso evidencia que apesar de corresponder a uma pequena parte das exportações, a madeira colonial era ainda de grande importância para a metrópole, graças à construção naval lusitana e outras formas de seu uso.

O foco neste trabalho é a courama. Os couros correspondiam a mais ou menos 25% a 35% do valor das cargas e estavam divididos em quatro grupos: 1) os atanados que, conforme Raphael Bluteau era o couro mais firme por adicionarem o pó da casca de algumas árvores na preparação de sua manufatura; 2) o couro em cabelo, que era o couro menos beneficiado; 3) a sola, que era o couro cortado em tiras; e 4) a vaqueta, que era uma espécie de couro curtido.

A tabela abaixo mostra as exportações desses quatro gêneros no decorrer dos anos de 1781 a 1790:

QUADRO 2

Números das exportações e preços do couro nos anos de 1781 a 1790.

Carregamentos de couro em 1781			Carregamentos de Couro em 1782		
Courama	Quantidade do Gênero	Valor da Carga	Courama	Quantidade do Gênero	Valor da Carga
Couro em Cabelo	48.293	79:723\$800	Couro em Cabelo	42.038	76:818\$200
Atanados	1.862	4:349\$400	Atanados	4.412	8:470\$000
Solas	21.540	26:969\$400	Solas	6.315	8:109\$400
Vaquetas	35.603	26:530.036	Vaquetas	25.538	16:377\$280
Carregamentos de couro em 1783			Carregamentos de Couro em 1784		
Courama	Quantidade do Gênero	Valor da Carga	Courama	Quantidade do Gênero	Valor da Carga
Couro em Cabelo	49.490	83:977\$000	Couro em Cabelo	20.358	33:776\$600
Atanados	4.264	9:740\$3400	Atanados	2.356	6:168\$200
Solas	12.558	16:331\$400	Solas	10.136	13:879\$600
Vaquetas	28.463	17:371\$900	Vaquetas	12.576	8:054\$630
Carregamentos de couro em 1785			Carregamentos de Couro em 1786		
Courama	Quantidade do Gênero	Valor da Carga	Courama	Quantidade do Gênero	Valor da Carga
Couro em Cabelo	41.917	72:311\$400	Couro em Cabelo	44.599	76:239\$300
Atanados	1.316	4:782\$160	Atanados	1.886	4:292\$200
Solas	5.856	4:312\$800	Solas	10.537	13:698\$100
Vaquetas	21.968	18:800\$96	Vaquetas	40.745	40:674\$720
Carregamentos de couro em 1787			Carregamentos de Couro em 1788		
Courama	Quantidade do Gênero	Valor da Carga	Courama	Quantidade do Gênero	Valor da Carga
Couro em Cabelo	25238	39:482\$700	Couro em Cabelo	31995	61:670\$000
Atanados	1.313	2:601\$760	Atanados	320	896\$400
Solas	14.899	20:391\$300	Solas	27.488	22:589\$700
Vaquetas	25.210	22:941\$120	Vaquetas	22.523	16:868\$800
Carregamentos de couro em 1789			Carregamentos de Couro em 1790		
Courama	Quantidade do Gênero	Valor da Carga	Courama	Quantidade do Gênero	Valor da Carga
Couro em Cabelo	41.273	82:178\$240	Couro em Cabelo	31.563	58:925\$000
Atanados	23.77	3:414\$000	Atanados	409	828\$000
Solas	17.254	21:356\$000	Solas	5.309	7:183\$700
Vaquetas	26.171	25:732\$200	Vaquetas	9.826	7:382:040

Fonte: lista de carregamentos. Avulsos da Capitania de Pernambuco de 1780-1790. AHU.

O couro em cabelo apresentou na colônia um volume de exportação maior do que o atinado, o que se refletia em maiores lucros para Portugal. Era mais lucrativo para a metrópole levar matéria-prima com o beneficiamento apenas indispensável e transformar o produto em bem de consumo na própria Europa, fase onde era possível agregar valor ao produto. O número de compradores de couro bruto, em Lisboa, era ainda maior do que o de compradores de atinado.

O atinado tinha boa aceitação no mercado externo lusitano perdendo apenas para o couro em cabelo e as vaquetas. Com o fim da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, em 1780, houve uma diminuição progressiva nas carregações de atinados, o que não se devia a uma baixa na produção, mas sim ao aumento do contrabando, segundo José Ribeiro Jr.¹⁰²

Dos vários tipos de couro, a sola também tinha seu mercado em Portugal. Havia duas qualidades de sola diferenciadas pela forma de curtimento. A sola branca era preparada nos sertões, com menos recursos, valendo aproximadamente a metade do valor da sola vermelha, trabalhada nos curtumes de Recife.

A vaqueta era o segundo item da courama mais exportado. Assim como o atinado, era o couro curtido. Mas não foi encontrada uma listagem dessas fábricas no Recife, o que sugere, devido a sua pouca preparação no seu processamento manufatureiro, que a vaqueta era tratada nos sertões junto com as solas brancas.

A grande exportação de couros pelo porto do Recife transformou Pernambuco num importante centro de beneficiamento do couro. Sua mão-de-obra especializada foi requisitada por outro grande centro de produção coureira, situado no extremo sul da América Portuguesa. Em 1735, o governador da Colônia do Sacramento informava ao

¹⁰² RIBEIRO JR., José. Op. cit. p. 147-148.

rei da chegada de dois mestres curtidores negros que mandara vir de Pernambuco, a fim de trabalhar no curtume que pretendia instalar nos arredores da fortaleza.¹⁰³

Apesar de esses números mostrarem apenas estimativas, por meio deles conseguimos visualizar também que a área sertaneja não estava restrita a exportar sua produção de couro exclusivamente para as fábricas do Recife, mas contribuiu também diretamente para o desenvolvimento do sertão por meio do beneficiamento dos artigos de couro graças ao couro em cabelo, à sola e às vaquetas, manufaturados nessa região.

¹⁰³ POSSAMAI, Paulo. *A vida quotidiana na Colónia do Sacramento*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006, Pág. 290.

Capítulo III

Os interlocutores entre sertão e Além-Mar: os Homens de Negócio.

3.1 Homens de Negócio: conceitos e ascensão social no Brasil Colonial no Século XVIII

A relação de interdependência econômica entre o centro regional e a periferia no Norte do Estado do Brasil (o sertão e o complexo Recife e Olinda) existia graças ao movimento contínuo de mercadorias entre essas duas regiões. O gado era transportado até o litoral, onde servia como animal de tração nos engenhos e alimento para a população, enquanto uma parte do couro era embarcada para Lisboa. Esse comércio foi viabilizado pelo trabalho de vários grupos sociais que iam desde tangerinos até os grandes senhores de terras na área periférica.

Em Recife, as mercadorias destinadas à metrópole eram negociadas pelos comerciantes. Apesar de sua importância econômica, o desprezo pela função mercantil estava enraizado na sociedade portuguesa. Segundo Boxer, o desprezo pela função de comerciante tinha origens na hierarquia cristã medieval ainda vigente, pela qual os comerciantes estavam abaixo dos camponeses, caçadores, soldados, marinheiros, médicos, tecelões e ferreiros (profissões que no antigo regime eram chamadas “as sete artes mecânicas”).¹⁰⁴ O comerciante era visto como monopolista e parasitário. A usura era considerada prática ocorrente deste grupo e um dos pecados capitais na religião católica.

Porém, Rafael Bluteau, clérigo regular da Ordem de São Caetano e autor do “Vocabulário portuguez e latino”, mostra que o preconceito era anterior ao Cristianismo, pois remete à Antiguidade os preconceitos relacionados à função de mercador, como fica claro nesta citação:

“Com muitas razões pretendem muitos desacreditar o officio de mercador. Dizem os astrônomos, que os mercadores nascem debaixo do signo de Áries, em Portuguez carneiro, porque assim como o carneiro tem dia muita laã, & outro dia nenhuma, assim o

¹⁰⁴ BOXER, Charles. *O Império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Pág. 331.

mercador se vê hora affazendado, & hora tolquiado. Nas suas consultas não admittião os Thebanos aos mercadores, por entenderem que não podem dar bons conselhos, ânimos intentos ao lucro. Mandârão os Athenienses, que as lojas dos mercadores fossem apartadas das casas dos nobres, porque ordinariamente lojas mercantis são desertos de verdades, & povoações de enganos. Outras nações tem excluído de officios públicos aos mercadores, & na opinião de S. Agostinho, soldados, & mercadores raras vezes se arrependem. Jesu Christo hua única vez q se mostrou irado, foi, quando lançou do Templo aos mercadores, com suas próprias mãos fez o instrumento do castigo.”¹⁰⁵

Apesar da expansão atlântica no século XV e de o próprio rei português se tornar, por séculos, um gestor do grande comércio marítimo, foi somente no decorrer do século XVIII que a figura do mercador tentou se livrar dos antigos preconceitos. Desejoso de fomentar a riqueza do reino, o principal ministro de D. José I, Sebastião de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, preocupou-se principalmente com questões econômicas, destacando a importância dos negociantes nesse contexto.¹⁰⁶

Em 1770 decretou-se que o comércio era um ofício proveitoso e necessário para os planos mercantilistas lusitanos. A política pombalina tinha por objetivo incorporar os comerciantes mais poderosos, os de “grosso trato”, aos interesses do Estado. “Grosso trato” significava o grande comércio, diferenciando-se do comércio lojista ou o comércio a retalho.¹⁰⁷ Os praticantes desse grande comércio eram basicamente financistas e usurários que tiveram participação como acionistas em companhias monopolistas na segunda metade do século XVIII, como as Companhias do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia de Pernambuco e Paraíba. Com o apoio dessa política, a elite mercantil viu diminuir a distância que a separava da nobreza titulada.¹⁰⁸

¹⁰⁵ BLUTEAU, Rafael. Vocabulário português e Latino: s/e, 1716. t. V, pág. 429. Mercador

¹⁰⁶ SOARES, Álvaro Teixeira. *O Marquês de Pombal*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. Pág. 167

¹⁰⁷ VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1508-1808)*. Rio de Janeiro, Objetiva. 2001.

¹⁰⁸ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: A Interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999. Pág. 35. FALCON

Entretanto, o paradoxo da importância do comércio para Portugal e o preconceito contra o negociante não escapou a Rafael Bluteau:

“Sem embargo, destas, & outras razões, muita utilidade tem a mercancia. Sem ella no estado da vida temporal, seriam os homens de peor condição que os brutos, porque a natureza lhes deo tudo que lhes convem, & só com o commercio podemos suprir as faltas da natureza. Com este conhecimento Thales, Sólon, & Hippocrates fizeram os elogios da mercancia. Henrique VII Rey de Inglaterra, deixou ao seu successor mui poderoso, pelas grandes riquezas q a adquirio com o commercio. Enobrecerão os Portuguezes a mercancia, prodigalizando o sangue entre as drogas do oriente.”¹⁰⁹

Conforme Sampaio¹¹⁰, com base nas idéias de Willian Donovan, a especificidade do absolutismo de Portugal enfraqueceu o desenvolvimento da coesão corporativa entre os comerciantes, convertendo-os em uma cópia da nobreza, situação que também se observa em outros países da época. Braudel afirma que: “a ambição destes falsos burgueses é chegar às fileiras da aristocracia, fundir-se com ela, pelo menos casar aí suas filhas ricamente dotadas”.¹¹¹

Sampaio, desta vez, amparado por Jorge Pedreira, clarifica que a medida do sucesso dos mercadores em Portugal, fosse individual ou coletivo, era dada pela maior ou menor possibilidade de enobrecer. No caso, enobrecer não significaria abandonar o seu grupo e, sim, inserir-se no estrato social que de fato comandava a sociedade.

O acúmulo interno de capital de origem mercantil possibilitou ao grupo de comerciantes instalados na colônia garantir seu espaço dentro da hierarquia social. João

¹⁰⁹ BLUTEAU, Rafael. Op. cit. pág. 430. Mercador

¹¹⁰ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. *Comércio, riqueza e nobreza: elites mercantis e hierarquização social no Antigo Regime português*. In. FRAGOSO, João(org.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes, 2006. Pág. 78.

¹¹¹ BRAUDEL, Fernand. *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1984, V.2, Pág. 91.

Fragoso¹¹², referindo-se ao acúmulo endógeno de capital, define esse processo como a reprodução econômica que se executa plenamente no interior do espaço colonial. Isso se daria de duas formas: a primeira se verifica, por exemplo, quando a plantation ao se reproduzir adquire o charque do sertão; e a outra, que seria a capitalização, possibilitada por meio d revestimento na pecuária. Outra forma de reprodução de capital na colônia foi a do complexo agropecuário de Minas Gerais, por exemplo, por meio da compra de escravos do tráfico atlântico.

Portugal não teria capacidade de abastecer o Brasil em alimentos e manufaturas. Sofia com escassos recursos materiais e financeiros, além de seu comércio colonial necessitar de comissários volantes, ou seja, de regatões transoceânicos reinóis que iam de passagem negociar e regressavam com o pecúlio obtido à metrópole, em prejuízo do comerciante sedentário. O mercantilismo lusitano exigia a concessão de licenças a estrangeiros e convivia com o contrabando. Devido a sua fragilidade econômica, não pode monopolizar com exclusividade o tráfico atlântico. João Fragoso, analisando a obra de José Raimundo Correia de Almeida, diz que os resultados de tais aberturas de concessões de licenças de comércio a estrangeiros eram inevitáveis:

*“Implicaram perdas no volume global das mercadorias exportadas ou reexportadas pelas alfândegas portuguesas metropolitanas, diminuíram os ganhos líquidos globais do mercado português e impuseram a necessidade de se efetuarem pagamentos em dinheiro a regiões brasileiras com balança comercial favorável.”*¹¹³

Percebendo a fragilidade da economia portuguesa, observa-se as restrições na execução do exclusivismo mercantil enquanto mecanismo de apropriação e transferência de excedente econômico da economia colonial. Sem conseguir recursos para a manutenção de sua colônia, abriu-se caminho para a formação de mercados internos.

¹¹² FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. Pág. 158

¹¹³ *Idem*. Pág. 84

Ademais, a estrutura estamental da sociedade portuguesa durante o período colonial, na qual havia uma sociedade de ordens, e a acumulação advinda do comércio mercantil deveriam garantir a estabilidade de uma hierarquia social de antigo regime, no qual a renda deveria ficar com a Coroa portuguesa e com os reinóis, atizando ainda mais o desprezo da função de comerciante. A estabilidade do Antigo Regime poderia correr sérios riscos caso as concentrações das rendas atlânticas ficassem concentradas nas mãos da burguesia mercantil, pois esse grupo acumulando riquezas, logo poderia almejar o poder.

A existência de um mercado interno na colônia e de segmentos produtivos para ele voltados introduz um novo elemento na lógica do funcionamento da formação colonial: a possibilidade de reprodução endógena.¹¹⁴ O que se deve assinalar para tal acumulação interna eram as charqueadas que, dos sertões das Capitâneas do Norte (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará) e Bahia, abasteciam as lavouras de cana. No caso da Bahia, conforme Barickman¹¹⁵, o mercado do gado formou grandes feiras no Recôncavo, que tanto serviam para o abastecimento interno como também para alimentar tripulações de navios aportados em Salvador. Deve-se salientar a acumulação interna da produção de farinha, que abastecia engenhos e grandes centros urbanos como Salvador e Recife.

Mas não foi apenas por meio do acúmulo interno de capital que os homens de negócio de outrora conseguiram melhorar sua posição social no Brasil durante o período colonial. Outra forma foi por meio dos laços de parentesco. As deres familiares foram um fator determinante na hora de definir os quadros políticos locais, pois interferiam fortemente na aceitabilidade dos postos administrativos e burocráticos e até mesmo possibilitavam o aumento da rede comercial.

¹¹⁴ *Idem. Pág. 158*

¹¹⁵ BARICKMAN, B.J. *Um Contra Ponto Baiano: Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

O porto de Salvador, no século XVIII, desempenhou um papel primordial na importação de cativos africanos e no abastecimento de escravos aos mercados regionais do nordeste e às demais áreas do interior do Brasil, tornando-se um dos principais portos negreiros das Américas e lugar de atividades mercantis lucrativas.

O investimento inicial para se montar uma viagem à África era alto devido aos gastos com a compra ou aluguel dos navios, instrumentos especializados e produtos como tecidos, pólvora, armas de fogo, tabaco e aguardente, além do pagamento da tripulação. Logo, a necessidade de vultuosos capitais para garantir seus negócios explica o número de sociedades formadas entre os traficantes e seus parentes.¹¹⁶

Conforme Alexandre Vieira Ribeiro, alguns comerciantes baianos possuíam uma verdadeira rede de comissários pelas principais regiões da América portuguesa, rede esta formada por grau de parentesco.¹¹⁷ Segundo o autor, um exemplo bem sucedido de traficante que formou suas próprias conexões comerciais foi o de Pedro Rodrigues Bandeira, nascido em Viana do Castelo, o que possuía várias embarcações que comercializavam com cidades da Europa e da África. Na segunda metade do século XVIII, começou a ocupar diversos cargos na administração da capitania da Bahia. Ocupou o ofício de meirinho da Câmara da parte Sul da Bahia, o ofício de Porteiro e Corregedor de Folhas da Relação da Bahia, o ofício de escrivão dos órfãos da Câmara e Donativos da Vila de São Francisco do Sergipe do Conde, contador geral da Fazenda da Bahia e capitão do Regimento dos Úteis de Salvador e Irmão da Santa Casa de Misericórdia.¹¹⁸

Em 1760, o comerciante casou-se com a viúva D. Ana Maria de Jesus Magalhães Correia Lisboa, nascida no Recôncavo baiano, filha de um proprietário de terras que

¹¹⁶ RIBEIRO, Alexandre Vieira. *O comércio de escravos e a elite baiana no período colonial*. In. ALMEIDA, Carla Maria. *Conquistadores e Negociantes: História de elites no Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Pág.

¹¹⁷ RIBEIRO, Alexandre Vieira. Op. cit. Pág. 326

¹¹⁸ Idem. Pág.. 329.

ocupava o cargo dos Ofícios de Tabelião e Escrivão dos Órfãos, coronel Correia Lisboa. Deste casamento, Pedro Rodrigues teve quatro filhos, sendo três moças e um rapaz. Das três moças apenas uma não casou. A primogênita, D. Joaquina, casou-se com um comerciante português traficante de escravos e caixeiro do próprio sogro. Sua segunda filha, Clara Caetano do Sacramento, casou-se com o primeiro Barão do Rio das Contas, filho de um traficante português e recolhedor de tributos rurais. Esses casamentos possibilitaram ao traficante uma aliança com grandes comerciantes da Bahia e de Portugal envolvidos com o tráfico negreiro, garantindo para o seu único filho, de mesmo nome, status para dar continuidade não só ao trato de cativos, mas também à posse de diversos engenhos.¹¹⁹

Ao longo da primeira metade do século XVIII, o porto do Rio de Janeiro superou o de Salvador em importância dentro do sistema mercantil do império colonial português, tornando-se assim a principal praça de comércio da América portuguesa. Com isso, a Capitania do Rio de Janeiro viu florescer uma elite mercantil que se consolidou no poder enquanto grupo autônomo, equiparando-se à elite agrária.¹²⁰

Na Capitania do Rio de Janeiro, grande distribuidora de escravos para a região das minas, os comerciantes garantiram bons negócios com o tráfico, mas também boas redes comerciais e políticas por meio de laços matrimoniais, conseguindo, assim, entrar nos meandros da administração naquela área.

Paulo Pinto de Faria, homem de negócio, casou-se com D. Bernarda da Silva Montanha, da nobreza paulista e aparentada com os Cordovil, que durante boa parte da primeira metade do século XVIII controlaram a provedoria da fazenda da Capitania do Rio de Janeiro. Esse casamento era a união entre uma família muito importante de

¹¹⁹ Idem. p. 331.

¹²⁰ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. *Os Homens de Negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português*. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima, (Org.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Pág. 76.

homens de negócio da praça do Rio de Janeiro com membros da nobreza da terra da região de São Paulo, que ocupavam um dos mais estratégicos cargos públicos daquela capitania.¹²¹

As redes matrimoniais e as redes de comércio espalhadas pelo império atlântico colaboraram para a ascensão social do grupo mercantil no interior da América portuguesa. No entanto, entende-se como fator preponderante para a ascensão social do grupo mercantil o acúmulo interno de capital por meio do mercado interno, pois graças aos ganhos desse comércio os negociantes conseguiram servir ao reino obtendo mercês e poder na vereança local, ao menos nos casos citados do Rio de Janeiro e da Bahia durante o século XVIII.

No entanto, essas concepções não podem ser aplicadas a todas as áreas da América portuguesa, pois cada espaço irá originar formas de acumulação interna diferenciadas e os grupos de negociantes nem sempre conseguiram laços com a aristocracia local, como foi o de Pernambuco na segunda metade do século XVIII que será abordado a seguir. Mas mesmo sem esta união com a açucarocracia, o grupo mercantil garantiu seu poder sendo representado na câmara do Recife.

Pernambuco foi um caso complexo que se irá abordar relacionando-o com a relação de acúmulo interno entre os pólos centrais da sociedade açucareira e o sertão do gado no norte do Estado do Brasil.

3.2 Homens de Negócio: uma análise social do grupo mercantil em Pernambuco

O açúcar, mesmo com a concorrência das Antilhas e as baixas de preço durante a segunda metade do século XVIII, foi o carro-chefe da economia da Capitania de

¹²¹ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. *Op. cit.*. Pág. 259.

Pernambuco. Isso contribuiu para manter posição dessa Capitania como área central das Capitanias do Norte (Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará) e Recife e Olinda como uma região de referência para o sertão. Referência esta que estava centrada no escoamento da produção de carne e couro para os mercados litorâneos, principalmente para a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba. No entanto, a economia açucareira possibilitou na formação de uma sociedade com características particulares, principalmente nos meandros de sua hierarquia social em Pernambuco.

Segundo José Murilo de Carvalho, a elite política constrói e mantém o domínio no momento em que controla alguma força econômica e/ou social (dinheiro, terra, conhecimento, religião etc.) que seja predominante.¹²² Os grupos dominantes do império ultramarino português contavam com diversos palcos de expressão política e dominação social em suas relações com a metrópole. O grupo açucareiro comandava as relações de poder no norte do Estado do Brasil e estava representada nas câmaras de vereadores, como no caso de Olinda.¹²³

Em Pernambuco, os senhores de engenho eram conhecidos como “a nobreza da terra”. Reivindicavam esse estatuto por vários motivos, principalmente por possuir terras, escravos e controlar a produção de açúcar. Consideravam-se hierarquicamente superiores e, por isso, julgavam estar acima de outros grupos sociais, como os negociantes, por exemplo. Como centro da hierarquia social até meados do século XVIII, a eles estavam subordinados seus familiares, agregados, escravos, lavradores de

¹²² CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

¹²³ ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e Conflitos: aspectos da administração colonial, Pernambuco, século XVII*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.

cana, além de deterem o poder político na municipalidade olindense, centro político e religioso¹²⁴ de Pernambuco.

Porém, com a invasão batava em 1630, os senhores de engenho viram o seu poder político desaparecer, sendo substituídos por comerciantes judeus ou protestantes instalados no Recife. Olinda, a vila aristocrática do açúcar, foi destruída e abandonada pelos holandeses. Devido ao terreno difícil desta vila, no topo de um morro, para os invasores batavos a construção de fortificações não era viável. Portanto, optaram por abandoná-la. Um cronista da época nos dá a dimensão topográfica e estrutural da vila de Olinda:

No que diz respeito à praça de Olinda, temos a referir que ela está situada em forma de ângulo no dorso de um alto monte, do qual uma extremidade é mais elevada do que a outra. No extremo mais alto do monte acha-se o Convento dos Jesuítas, sendo o extremo norte do lugar formado pelas encostas do mesmo monte; para o lado sul encontra-se o Convento dos Franciscanos, que tem bonito pátio com uma bela fonte onde o povo vai buscar água para beber. Descendo o monte, a partir do Convento dos jesuítas, depara-se novamente com uma eminência sobre a qual eleva-se a principal igreja paroquial do lugar, chamada Salvador, a Casa da Câmara, debaixo da qual acha-se o açougue, e à direita acima dela a prisão, e uma grande parte da cidade, sendo eminência em cima plana e igual. Porém no extremo meridional, desce um monte com tão áspero declive, que não se pode subi-lo sem grande esforço e trabalho nem descê-lo sem perigo de cair-se, apesar de ver-se diante de se (...) Olinda é por natureza fraca, e, em consequência de diversas eminências e montes, que uns e outros e todos juntos a praça, não pode ser bem fortificada sem grande trabalho e despesa.¹²⁵

No entanto, Recife tinha um ótimo potencial para o tipo de urbanização planejada pelos batavos. A partir de 1630 começou um verdadeiro desenvolvimento urbano no

¹²⁴No início do século XVIII, Olinda sofre com a concorrência econômica e política do Recife, que acabara de se tornar Vila, possuindo sua própria câmara municipal. No entanto, Olinda ainda continuou influenciando politicamente e religiosamente a Capitania de Pernambuco até o início do século XIX.

¹²⁵ RICHSHOFFER, Ambrósio. Diário de um Soldado: (1629-1632). Recife: CEPE, 2004. Pg. 39-45. – (Série 350. Restauração Pernambucana)

porto do Recife, pois os holandeses pretendiam transforma-lo em cidade. O terreno plano, porém alagado, e a proximidade do porto, no qual os holandeses se sentiam mais à vontade, foram fatores que contribuíram para a opção dos holandeses por aquela localização.¹²⁶

Em 1632, os “cidadãos livres” (holandeses que habitavam Pernambuco) começaram a aumentar, pois os soldados chegados em 1630 tiveram o seu prazo de engajamento no exército – que era de três anos – terminados, e muitos solicitaram e obtiveram licença para passar a cidadãos livres, na qualidade de comerciantes ou artesãos. Tão rapidamente cresceu esse número de cidadãos livres que, já no começo de 1634, podiam-se reunir, somente no Recife, duas companhias burguesas, com efetivo de oitenta homens cada uma.¹²⁷

O fato que marcou as modificações nas estruturas políticas de Recife foi, em 1639, a transferência da câmara de escabinos¹²⁸ de Olinda para a ilha de Antônio Vaz, o que favoreceu os homens de negócio que habitavam em Recife. A partir de então não mais precisavam deslocar-se para Olinda no intuito de resolverem assuntos jurídicos. Além do mais, Olinda era o símbolo da resistência aristocrática contra os holandeses, e os senhores de engenho pretendiam reconstruí-la e mantê-la na posição de capital da capitania.

Com a Insurreição Pernambucana e a saída dos holandeses do Brasil, os senhores de engenho reivindicavam o estatuto de nobreza por serem fiéis súditos da coroa portuguesa e os grandes protetores da capitania de Pernambuco, devido à sua atuação na expulsão dos holandeses da capitania, proclamando-se assim os “verdadeiros

¹²⁶Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*, Topbooks Editora, Rio de Janeiro. 2001. Pág. 54.

¹²⁷ Idem. Pág. 57.

¹²⁸ Os Escabinos tinham a função similar a dos membros das câmaras Portuguesas, cujo este era chefiado por um escoleto, uma espécie de burgomestre.

pernambucanos”.¹²⁹ Mesmo os descendentes dos antigos restauradores se valiam de seus antepassados para pedidos de mercês à Coroa Portuguesa.¹³⁰ Assim, o senhor de terras Felipe Bulhões da Cunha fez requerimento ao Rei de Portugal pedindo dispensa das certidões de elaboração do auto de justificação, pois seu avô, Antônio de Bulhões, lutara na guerra contra os Holandeses.¹³¹

Mesmo no século XVIII, os descendentes desses restauradores ainda reivindicavam sesmarias ou cargos administrativos. O Alferes Duarte Ramos Furtado e seu irmão José da Cunha, em requerimento ao rei D. José I, pediam para receber as sesmarias em Palmares, com dispensa da pensão da mesma, por serem descendentes dos restauradores.¹³² Ainda no final do século XVIII, João do Rego Barros fez uma consulta ao Conselho Ultramarino pedindo para ser provido como escrivão da Ouvidoria da cidade do Maranhão, por ser descendente dos restauradores da Capitania de Pernambuco.¹³³

Era na instituição da câmara onde se manifestava a representação do estatuto de nobreza da açucarocracia, que controlou as relações de poder na Capitania de Pernambuco durante os séculos XVI, XVII e início do XVIII, indicando membros para as diversas instituições que regiam a administração pernambucana.

Porém, até a Restauração portuguesa, no século XVII, a ordem estabelecida na administração de além-mar era uma. Após a Restauração, o projeto imperial para o

129 Conforme Evaldo Cabral de Melo, a aristocracia que expulsou os holandeses de Pernambuco e se autorreconheciam como “os verdadeiros pernambucanos” em detrimento aos comerciantes portugueses do Recife, quando essas diferenças acabaram culminando na Guerra dos Mascates, entre a nobreza da terra representada pela câmara de Olinda e os comerciantes portugueses radicados em Recife. MELLO, Evaldo Cabral. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 124-125.

130 MELLO, Evaldo Cabral. *A Ferida de Narciso: ensaio de história regional*. São Paulo: Editora SENAC. 2001. Pág. 44.

131 AHU_ACL_CU_015, Cx. 4, D. 310. Post. 1664.

132 AHU_ACL_CU_015, Cx. 93, D. 7376. 11 de janeiro de 1760

133 AHU_ACL_CU_015, Cx. 2007, D.14114.

ultramar foi modificado. Conforme Érika de Almeida¹³⁴, durante o século XVII, a monarquia portuguesa recompensou a elite pernambucana pela reintegração da capitania ao império português, dando a alguns dos restauradores, pertencentes à aristocracia açucareira, o governo de capitanias, tanto no Brasil como na África. Tal contexto não se repetiu durante o século XVIII, quando os governadores nomeados para o Brasil eram nobres ou militares de alta patente, sobrando aos nascidos na terra cargos de menor relevância.¹³⁵

Para complicar a situação da açucarocracia, foram feitas queixas por parte dos senhores de terra e escravos contra a coroa, devido às recompensas e aos altos gastos com cargos da capitania. Quando Portugal transformou Pernambuco em Capitania Régia, os cargos mais importantes, como o de Governador, ficaram na mão de portugueses enviados pela coroa. Os pernambucanos acreditavam na generosidade do rei, porque “foi à custa de nosso sangue, vidas e fazendas”¹³⁶ que os restauradores apelavam como fiéis súditos e, com isso, achavam-se no direito de possuir os altos cargos de governo e com impostos mais baixos para a exportação do açúcar. Como prêmio de consolação, a Coroa apenas ofereceu os hábitos das ordens militares, que acarretavam status, mas ainda mantinham a alta carga tributária.

O conflito entre nobreza da terra e Coroa irá sobrepor, no início do século XVIII, a um conflito municipal, entre a açucarocracia, representada pela a Câmara de Olinda, e do outro lado, os mascates oriundos, na sua maior parte, do norte de Portugal e

134 DIAS, Érika de Almeida C. *Administração da capitania de Pernambuco no início do reinado de D. Maria I: Conflitos de poder entre uma instituição metropolitana e governados*. Natal; Anais do II encontro internacional de história colonial – Revista de Humanidades. UFRN. 2008.

135 SCHWARTZ, Stuart e LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

136 MELLO, Evaldo Cabral. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

estabelecidos em Recife. A importância do porto do Recife teve reflexo no seu comércio com o sertão, isto é, com os sertões da Paraíba e Rio Grande.¹³⁷

Fora a nobreza da terra que começara as primeiras hostilidades contra os comerciantes do Recife. Com o objetivo de retomar a antiga posição, os “verdadeiros pernambucanos” apegavam-se a uma nostalgia do tempo dos donatários e à aspiração de recriar o domínio do grupo que depois se empenhara na restauração.¹³⁸

Em contrapartida, os primeiros mascates haviam se contentado em enriquecer atrás dos balcões, sem alimentar pretensões sociais ou políticas. Em finais do século XVII começaram a alimentar aspirações maiores como as ordens militares, que a nobreza da terra monopolizava em nome dos serviços de pais e avós na guerra contra os holandeses.

Porém, diante da nobreza da terra, os mascates e os magistrados reinóis se uniram: a parceria comercial, a identificação cultural e a convicção de que o poder da açucarocracia, que as autoridades da Coroa não cansavam de descrever como composta de pequenos reis, representava perigo iminente para autoridade do monarca, a menos que executassem uma política de restrição das franquias locais. Graças à aliança entre magistrados e mascates, estes conseguiram um grau modesto de representação municipal.¹³⁹ Por meio das redes matrimoniais os comerciantes conseguiram laços políticos com os altos funcionários da coroa residentes em Pernambuco. George Felix Cabral¹⁴⁰ cita o exemplo de Tereza Josefa da Costa, filha de João da Costa Monteiro Junior, que se casara com o desembargador da Relação de Salvador.

137Ofício da Junta Governativa da capitania de Pernambuco ao secretário de estado da Marinha e Ultramar sobre o mapa da estrada do Recife a Cabrobó. AHU_ACL_CU_015, Cx.235, D. 15875. 10 de julho de 1800.

138MELLO, Evaldo Cabral. Op. cit. Pág. 130-131.

139 MELLO, Evaldo Cabral. Op. Cit. Pág. 61.

140 CABRAL, George Félix. *Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Câmara Municipal de Recife (1710-1822)*, Salamanca, 2007. Tese de Doutorado.

A criação da vila do Recife e a controvérsia em torno do distrito a ser atribuído a nova municipalidade com o desmembramento de Olinda, deflagrou o levante das milícias rurais contra o governador de Pernambuco da época. Porém, o “partido” da Câmara de Olinda não conseguira evitar o desmembramento do Recife.¹⁴¹

A vontade do grupo açucareiro pernambucano em usufruir do status de nobreza da terra, limitada pela Coroa Portuguesa, e a criação de uma câmara de vereadores em Recife, reduto de comerciantes portugueses, influenciaram nas características particulares sobre a ascensão social de comerciantes daquela praça portuária.

Diferente da Bahia e do Rio de Janeiro, onde homens de negócios e a elite rural aliavam-se através de casamentos e redes comerciais, em Pernambuco a constante briga entre comerciantes do Recife, que a partir do século XVIII conseguem o apoio da coroa para edificar uma câmara de vereadores, e a elite rural de Olinda, acabou por separar esses dois grupos, havendo poucas uniões matrimoniais entre comerciantes e a açucarocracia. Com isso, o grupo mercantil do Recife arranjava seus matrimônios intra grupo, fechando suas redes de comércio e proporcionando ganhos à coroa lusitana.

Além disso, os negociantes de Pernambuco eram mais inflexíveis a respeito do matrimônio das filhas. Os mercadores preferiam os casamentos entre pares, de forma a cancelar reciprocamente os dotes e poupar a fortuna adquirida dos ricos inerentes a alianças com famílias por eles reputadas e irresponsáveis com seus investimentos. Normalmente os comerciantes confiavam seus negócios a sobrinhos ou parentes especialmente trazidos de Portugal e eventualmente transformados em genros.¹⁴²

Essa prática de laços matrimoniais em Pernambuco, diferenciando-se da Bahia no que se refere ao casamento entre grupos (neste caso, a açucarocracia e os mascates), por exemplo, deve-se, segundo Evaldo Cabral de Melo:

141 MELO, Evaldo Cabral. Op. cit. Pág. 41.

142 Idem. Pág. 58.

“Na Bahia, onde a ocupação batava não durara mais de um ano, não havendo extrapolado os muros de Salvador, não eram tão elevadas as barreiras levantadas entre as duas camadas dominantes da sociedade colonial. Ali, havendo-se preservado melhor várias das feições quinhentistas do sistema açucareiro, tal como o exercício da agricultura e do comércio pelo mesmo indivíduo, mercadores e senhores rurais não se recolheram às suas conchas, partilhando as funções municipais e as corporações religiosas. O comércio não buscou ‘suplantar a açucarocracia baiana, mas aliar-se a ela’, o que gerou ‘um processo permanente por meio do qual os comerciantes mais bem-sucedidos foram absorvidos na elite agrícola.”¹⁴³

No entanto, houve casos de senhores de engenho do Recife que se envolveram com a arte dos negócios e ainda pertenceram à Câmara do Recife. Foi o caso da família Vaz Salgado, quando José Vaz Salgado, filho de lavradores, pernambucanos ocupou o cargo de segundo vereador em 1733, ao se casar com Teresa Maria José, filha de um boticário português,. Seu filho, José Vaz Salgado Júnior, seguiu os caminhos do pai na arte do comércio e como senhor de engenho.¹⁴⁴

Ainda foi encontrado na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino um caso de 1787, onde os homens de negócio da Praça de Pernambuco, José Machado Pimentel e José Francisco Soares, pediram isenção de dez anos nos pagamentos dos direitos reais por terem levantado e reformado engenhos na dita capitania.¹⁴⁵ Porém, a documentação não esclareceu se esses comerciantes ficaram com os engenhos, tentando assim tornar-se parte da “nobreza da terra”, ou se esses dois comerciantes estavam apenas investindo nos engenhos, que tinham isenção de impostos, ou ainda, se esses negociantes eram senhores de engenho diversificando ainda mais seus negócios por meio do comércio e da reconstrução de engenhos de fogo morto.

¹⁴³ MELLO, Evaldo Cabral. Op. Cit. Pág. 58.

¹⁴⁴ CABRAL, George Felix. Op. Cit. Pág. 361.

¹⁴⁵ AHU_ACL_CU_015, Cx. 160, D. 11522.

Com o fim da Guerra dos Mascates, no início do século XVIII, a capitania de Pernambuco passou a impressão de ser uma capitania “pacificada”, sem grandes agitações sociais. Neste momento, os comerciantes do Recife começaram a estabelecer seus negócios tendo a Câmara do Recife como seu reduto político. A conexão entre setores do poder público e do setor privado, por meio do comércio com os sertões estava presente na Câmara do Recife.

A Câmara do Recife, em 1750, pediu permissão à Coroa portuguesa para que os comerciantes da Praça do Recife pudessem comerciar livremente com a Colônia do Sacramento, assim como as Capitânicas da Bahia e do Rio de Janeiro.¹⁴⁶ No entanto, a coroa negou aos comerciantes do Recife e à Câmara os direitos desse comércio.¹⁴⁷ No mesmo ano, o Governador de Pernambuco sugeriu ao Rei que se repreendesse a câmara, por insistir em conseguir o livre comércio entre a vila e a nova colônia.¹⁴⁸ Obviamente, alguns destes comerciantes que queriam a permissão desse negócio também eram membros da câmara.

Um desses membros da Câmara do Recife e comerciante de couro, Luis da Costa Monteiro, pediu por meio da câmara para que a Coroa estabelecesse em Pernambuco uma companhia de comércio para resgatar as carnes secas e couros do sertão.¹⁴⁹ A criação desta companhia iria dar vantagens aos negociantes locais, principalmente à família Costa Monteiro, que era dona dos contratos das carnes e couros dos sertões de Pernambuco, deixando de lado os comerciantes reinóis.

Desta forma, o comércio com o sertão estava protegido pelo poder público, conseqüentemente, pelos interesses dos homens de negócio do Recife, que também estavam ligados ao tratamento do couro para exportação.

¹⁴⁶ AHU_ACL_CU_015, Cx. 65, D. 5834. 27 de Abril de 1750.

¹⁴⁷ Não foi possível estabelecer o porquê desta negativa. AHU_ACL_CU_015, Cx. 66, D. 5601. 14 de julho de 1751.

¹⁴⁸ AHU_ACL_CU_015, Cx. 66, D. 5635. 21 de novembro de 1751.

¹⁴⁹ AHU_ACL_CU_015, Cx.84, D. 6965. 21 de maio de 1755.

Na segunda metade do século XVIII, o comércio entre o sertão e o Recife aumentou graças ao estabelecimento de fábricas de curtimento de couro e, sobre tudo, após a criação da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, que tinha o couro como o segundo produto mais exportado para o reino.¹⁵⁰

Porém, o maior exemplo de empreendedorismo com o trato do comércio de couro foram os irmãos João e Luis da Costa Monteiro. Ambos pertenceram à Câmara do Recife e conseguiram garantir para seus descendentes o controle dos contratos da carne e de couros vindos do sertão. Será abordado, a seguir, as suas conexões familiares, suas redes de comércio de couro e suas obrigações perante a coroa portuguesa por meio de concessões para implementar fábricas de atanados em Pernambuco e Paraíba.

3.3 A ascensão de uma família mercantil: os Costa Monteiro e o comércio do couro.

Na Capitania de Pernambuco, por quase todo o século XVIII, alguns homens de negócio conseguiram acumular riquezas e chegar à vereança do Recife. Obtiveram cargos políticos por meio do comércio do couro e instalações de fábricas de atanados. O caso mais notável e mais documentado é o dos irmãos João da Costa Monteiro e Luiz da Costa Monteiro. Porém, outros nomes acabaram surgindo na documentação, mas aparecem como donos dos subsídios do couro ou da carne, sem possibilitar uma análise de uma boa parte de suas trajetórias econômicas.

De forma diferente, os irmãos João e Luis da Costa Monteiro, membros da Câmara do Recife, foram importantes comerciantes de couro e chegaram a edificar fábricas de beneficiamento, conseguindo, assim, garantir aos seus descendentes o mesmo prestígio político e econômico que conseguiram durante o século XVIII.

¹⁵⁰ RIBEIRO, José Jr.

Em 1753, o Conselho Ultramarino prorrogou em dez anos a concessão que permitia que os irmãos João e Luiz da Costa Monteiro construíssem fábricas de atanados nas capitanias de Pernambuco e Paraíba. A administração lusitana justificava a prorrogação nestes termos:

“E por quanto os ditos seus Constituintes tinham erigido naqueles distritos, com grande despesa sua, três fabricas da mesma sola, de tão boa qualidade, e commodo de preço, que geralmente fora bem aceita, de que havião paga a fazenda Real huma grande porção de direitos, a que se tinham obrigado, como abaixo se declarão; por todos estes motivos supplicarão a Sua Magestade a prorrogação da dita graça por outros dez anos”¹⁵¹

Os irmãos João e Luiz da Costa Monteiro foram um bom exemplo de negociantes que conseguiram acumular riquezas durante o período colonial. Garantiram ascensão social na capitania de Pernambuco, em meados do século XVIII, através do comércio de couro, atividade este que lhes garantiu a entrada na Câmara do Recife.

Segundo George Felix Cabral¹⁵², os irmãos negociantes de couro eram originários da região de Santarém, em Portugal. João da Costa nasceu em 1683 e se casou em Pernambuco com Paula Monteiro e Lima, filha de um português. Luiz da Costa, o mais novo dos irmãos, nasceu em 1698 e, em 1719, se casou com Ana Maria Bandeira, filha de um português e grande mercador. Com esse casamento, Luiz também entrou na vereança da Câmara do Recife. Tinha como cunhados Sebastião Antunes do Araújo, cinco vezes vereador, Antonio Batista Coelho e Domingos Fernandes Sousa, ambos com um mandato. Seus descendentes tiveram prestígio e cargos políticos até 1808, chegando um de seus descendentes a também ocupar o cargo de Juiz Ordinário de Pernambuco.

Inicialmente, ao analisar os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, foram priorizados contratos, ofícios e petições dos irmãos, possibilitando analisar parte

¹⁵¹ Contrato do subsídio das Carnes de Pernambuco e permissão para construção de fábricas de Atanados em Pernambuco e Paraíba. AHU_ACL_CU_015, Cx. 72, D. 6047. Agosto de 1751.

¹⁵² CABRAL, George Felix. Op. Cit. p. 357-358.

de sua trajetória econômica., João da Costa Monteiro chegou a América portuguesa, Antes de 1732, ao ser nomeado síndico geral dos lugares santos de Jerusalém, na Capitania de Pernambuco.¹⁵³ Em 1738, em requerimento ao rei, João da Costa pediu confirmação de carta patente no cargo de Coronel da Cavalaria da freguesia do Rio Grande do São Francisco do Sul.¹⁵⁴ No ano de 1739, João da Costa consegue o contrato dos dízimos da carne do Rio São Francisco.¹⁵⁵ Assim, em uma década, percebe-se que João da Costa Monteiro conseguiu por meio de mercês cargos militares bem como privilégios em contratos mercantis.

A partir da década de quarenta do século XVIII, seu irmão, Luís da Costa Monteiro, começou a aparecer na documentação como negociante, ao lado de seu irmão mais velho.

Ainda em 1743, ambos conseguiram a mercê de construírem fábricas de atanados em Pernambuco, produto de excelente qualidade, segundo os secretários do Conselho Ultramarino, fato que levou a prorrogação da concessão de explorarem o comércio de couro por mais dez anos, até 1753. Também conseguiram a arrematação do subsídio das carnes de Pernambuco e o direito de edificar fábricas na Paraíba.

Mas não foi apenas a qualidade do produto que possibilitou aos irmãos negociantes do couro conseguir prorrogar a concessão por mais dez anos. O casamento de Luiz da Costa Monteiro com uma filha de um grande mercador português, seguramente facilitou a entrada dos irmãos no mundo dos negócios com a metrópole e na política local.

Outro fator a ser mencionado são seus contatos com o homem de negócio da praça de Lisboa, Baltazar Simões Viana, mercador que tornou-se procurador de João e

¹⁵³ AHU_ACL_CU_015, Cx. 43, D. 3896. ant. 20 de setembro de 1732.

¹⁵⁴ AHU_ACL_CU_015, Cx. 53, D. 4616. 30 de outubro de 1738.

¹⁵⁵ AHU_ACL_CU_015, Cx. 54, D. 4692. 8 de setembro de 1739.

Luiz da Costa Monteiro no contrato que prorrogava a permissão para se edificar fábricas para curtir o couro e o contrato dos subsídios das carnes.

O comércio dos irmãos foi regulamentado pela coroa. Primeiramente, João e Luiz da Costa teriam o privilégio no pagamento:

para a Fazenda Real deste subsídio das carnes de Pernambuco, conforme as Leys, Alvarás, e Provisoes, porque elle se estabeleceu, como até ao presente se observou sem alterações alguma, e por tempo dos ditos dous triennios sómente dando das suas determinaçoens appellação, e aggravo, para os Juizes dos feitos da Fazenda da Relação da Bahia¹⁵⁶.

Além disso, podiam edificar fábricas em Pernambuco e Paraíba, mas não poderiam passar o privilégio para outras pessoas, apenas os próprios e seus sócios que poderiam usufruir desses contratos.

Os fabricantes tinham direitos sobre o curtimento de todos os couros que conseguissem em sola de atanado, nas edificações que possuíam em Pernambuco, e nas que iriam construir na Paraíba. Apenas eles poderiam manufaturar com a qualidade prescrita pela coroa, que seria analisada pelo mestre curtidor. O preço da manufatura do couro não poderia ser maior do que os cobrados pela Fábrica dos Povos¹⁵⁷ e o padrão de qualidade deveria ser igual ou superior à mesma. Caso passassem esse dever a outro ou perdessem a qualidade na fabricação, seriam punidos com a perda do contrato, de toda a fábrica e de materiais necessários à fabricação do produto. Caso não cumprissem as determinações:

“na forma da sua arrematação, com todas as condições, e obrigações nelle declaradas; e que não cumprindo elles em parte, ou em todo, pagarião, e satisfarião toda a perda, que a Fazenda de Sua Magestade receber, por todos os seus bens afim móveis, como de raiz, havidos, e por haver, os quaes para isso, obrigavão; e pro

¹⁵⁶ AHU_ACL_CU_015, Cx. 80, D. 6674. Pernambuco, 11 de dezembro de 1755.

¹⁵⁷ Não encontrou-se na documentação o significado do termo Fábrica dos Povos. Apenas sabemos que esta era o padrão de qualidade e preço que as fábricas deveriam seguir.

firmeza de tudo mandarão fazer este contrato no livro delles, em que todos assinarão”

Outra condição seria a do transporte. Poderiam navegar para Lisboa e mais partes que lhes interessasse, com declaração. Navegando para Portugal pagariam os mesmos direitos que costumavam pagar os produtos que vinham de fora, um valor de 40% sobre a importação e, caso navegassem para outros lugares, pagariam de “sahida no Consulado os direitos.”

No entanto, em 1755 o Conselho Ultramarino fez uma consulta ao rei D. José I sobre o requerimento de Luiz da Costa Monteiro e João da Costa Monteiro, por meio do qual solicitava que se declarasse à mesa de inspeção que eles cumprissem as determinações sobre o transporte de atanados para o Reino, conforme decreto de 23 de novembro de 1754.¹⁵⁸ Os mercadores queriam os mesmo direitos cedidos para os comerciantes baianos em 1754, de embarcar seus produtos em qualquer navio mesmo não pertencente à frota da Capitania de Pernambuco. O rei D. José I atendeu aos fabricantes, dando-lhes permissão para exportar a produção das fábricas de atanados em qualquer embarcação do reino.¹⁵⁹

Nos anos de 1755 e 1756, sucederam-se vários eventos que complicaram as relações econômicas entre Portugal e o Estado do Brasil. Primeiramente o terremoto de 1755 destruiu boa parte da cidade de Lisboa, inclusive a Alfândega da Corte.¹⁶⁰ No mesmo ano do abalo sísmico na metrópole, uma enchente na Capitania de Pernambuco, mais especificamente em Itamaracá e Tamandaré, prejudicou boa parte do comércio local.¹⁶¹

¹⁵⁸ AHU_ACL_CU_015, Cx. 80, D. 6674. Pernambuco, 11 de dezembro de 1755.

¹⁵⁹ AHU_ACL_CU_015, Cx. 80, D. 6674. Pernambuco, 11 de dezembro de 1755

¹⁶⁰ AHU_ACL_CU_015, Cx. 81, D. 6716. Pernambuco, 13 de maio de 1756.

¹⁶¹ AHU_ACL_CU_015, Cx. 80, D. 6689. Pernambuco, 28 de fevereiro de 1756.

Todas essas catástrofes acabaram por atrapalhar os negócios de vários comerciantes do Reino e da Capitania de Pernambuco, inclusive os dos irmãos Luiz e João da Costa Monteiro. Com os negócios abalados, coube aos Costa Monteiro apelar ao rei para os isentarem de pagar uma dívida de dois mil e seis contos que já deveria ter sido paga, mas devido à baixa das exportações relacionada à catástrofe em Lisboa, não fora possível pagar. Graças a Baltazar Simões Viana, o principal contato entre os irmãos Costa Monteiro e a coroa portuguesa, o pagamento da dívida fora prorrogada por seis meses.¹⁶²

Infelizmente não foi possível identificar nenhum grau de parentesco entre os irmãos negociantes de couro com Baltazar Simões Viana, mas sabemos que Baltazar fora o intermediário entre os comerciantes coloniais e a coroa, além de ser sócio e procurador no contrato de edificações de fábricas de atanados na Capitania de Pernambuco e anexas.

A partir de 1757, o nome de João da Costa não consta mais na documentação ao lado de seu irmão. Não se sabe se o mais velho dos irmãos morreu ou se adquiriu alguma enfermidade que o impediu de tratar os negócios. Sabe-se no entanto, a partir daquele ano, seu filho, João da Costa Monteiro Junior, aparece na documentação ao lado de seu tio, Luis da Conta Monteiro, justamente em mais um contrato do subsídio das carnes da Capitania de Pernambuco.¹⁶³

Em 1773, um dos descendentes dos irmãos Costa Monteiro também estava negociando atanados em Recife. Domingos Antônio da Costa Monteiro, mestre curtidor e dono de fábrica de atanados na vila do Recife de Pernambuco, aparece em um documento pedindo à coroa que todas as solas daquela capitania fossem curtidas em sua fábrica. Para conseguir que seu pedido fosse atendido, Domingos Costa Monteiro

¹⁶² AHU_ACL_CU_015, Cx. 80, D. 6683. Pernambuco, 29 de maio de 1756.

¹⁶³ AHU_ACL_CU_015, Cx. 86, D. 7046. Pernambuco, 7 de novembro de 1757.

utilizou-se dos nomes de João e Luís da Costa Monteiro, alegando que serviram bem ao rei.¹⁶⁴

Em 1766, o governador de Pernambuco Luis José da Cunha, informou ao secretário da Marinha e Ultramar sobre as condições dos contratos dos subsídios das carnes e couros de Pernambuco. Afirmava que os subsídios das carnes tiveram início na Provedoria de Pernambuco em 1762 e que foram arrematados por José Gomes da Silveira e seu sócio, João da Costa Monteiro. Desde então, tais subsídios continuaram na casa dos Monteiro “como se fosse de vínculo hereditário” até o ano de 1774, quando o contrato foi passado para Manoel Gomes dos Santos. No mesmo documento, o Governador da Capitania de Pernambuco dizia que Manoel Gomes dos Santos tinha laços com os Monteiro:

“Que com elles tem a fabrica de athanados com privilegios di unica nesta Capitania, de necessidade lhe havia cahir em casa o curtimento do couro que resultassem do dito contrato, o que assim sucedeu, e na redução deles a sola a preço a cada hum de seis centos oitenta por curtimento, que produzindo cada anno dezessete nil couros”¹⁶⁵

No entanto, no ano de 1777, e com a atuação da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, os lucros com o comércio do couro foram repartidos entre a Companhia e outros particulares. Como uma das funções da empresa monopolista era garantir lucros para a Coroa e para os comerciantes reinóis, boa parte dos lucros acabou na mão da Companhia. Através da lista do leilão que fez a Junta da Administração da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba em relação aos couros e solas da Capitania de Pernambuco, sabemos que a receita bruta da empresa estava orçada em 79.313\$010 e os comerciantes locais detinham 55.649\$847 num total de 134.962\$857.¹⁶⁶ Neste documento não foi possível identificar nenhum parente dos irmãos João e Luís da Costa,

¹⁶⁴ AHU_ACL_CU_015, Cx. 115, D. 8794.

¹⁶⁵ AHU_ACL_CU_0,15 Cx.105, D. 8179. Pernambuco, 16 de Junho de 1768.

¹⁶⁶ AHU_ACL_CU_0,15 Cx.113, D. 8706.

nem dentro da Companhia nem entre os detentores dos rendimentos, sabe-se contudo que Luis da Costa Monteiro tentou tornar-se sócio da Companhia no ano de 1774.¹⁶⁷

Dessa forma, os irmãos Costa Monteiro e seus descendentes dominaram as edificações das fábricas de atanados e o comércio de couro em Pernambuco e na Paraíba. Outros negociantes tentaram erguer fábricas de atanados em Pernambuco, mas sem sucesso. Joaquim Rodrigues Leitão, importante comerciante da região do Pará, tentou obter a autorização da Coroa para a construção de fábricas de sola e atanados na Capitania de Pernambuco. Porém, a concessão foi negada pelo fato de já estar nas mãos de João e Luís da Costa Monteiro.¹⁶⁸

Nesta dissertação, os irmãos negociantes de couro foram um dos agentes de integração entre o sertão e o porto do Recife durante quase todo o século XVIII. Foi possível, por meio de sua trajetória, verificar como os irmãos negociantes garantiram para seus descendentes o rentável negócio de exportação de couros para a metrópole, que assegurou seu *status* social e político nesse período.

¹⁶⁷ AHU_ACL_CU_015, Cx. 118, D. 9000. Pernambuco, post. 1774.

¹⁶⁸ AHU_ACL_CU_0,15 Cx. 84, D. 6972. Pernambuco, 21 de maio de 1757.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, foram analisadas as relações econômicas no interior da América Portuguesa, mais especificamente na Capitania de Pernambuco do século XVIII, tendo como foco a discussão sobre centro-periferia. Essa relação, no período estudado, estava centrada em Portugal, centro difusor de idéias, comportamentos, valores e crenças. Centro esse que, devido à extensão de seus domínios acabavam possibilitando a emergência de centros regionais que oferecessem possibilidades econômicas. Assim, até o século XVII, a região das Índias era o centro desse império, graças às especiarias que ali os portugueses exploraram.

Já no início do século XVI, mas agravando-se a partir do final do século XVII, Portugal começou a perder suas posses no oriente para os ingleses e territórios na América para os holandeses. Em contrapartida, o ouro foi encontrado na região das Minas Gerais e, no século XVIII, foi descoberto o diamante. Diante disso, o Estado do Brasil tornou-se a principal área periférica desse imenso império de Além-Mar, graças à dependência que Portugal tinha do Brasil, no que se refere à sobrevivência econômica daquela monarquia.

No interior dessa área periférica, algumas regiões se destacaram na América portuguesa, como a zona açucareira empreendida no norte da colônia. Essa “civilização do açúcar” adquiriu status de uma área central naquela região do Estado do Brasil, graças ao plantio de cana, que proporcionou bons lucros à coroa lusitana. Trouxe também para as terras de Vera Cruz contingente populacional, mão-de-obra escrava – cativos africanos – e trabalhadores livres como os mestres do açúcar e homens de negócio, modificando o espaço e por vezes degradando o meio ambiente pelas coivara.

Além disso, foi a partir das terras mais próximas do litoral, as vilas açucareiras, que o empreendimento da colonização no Norte do Estado do Brasil acabou sendo viabilizado. A pecuária, porém, foi a responsável pela a entrada dos colonos em territórios mais distantes e perigosos, os sertões. O sertão de Pernambuco, no século XVIII, foi considerado uma área periférica em relação à área açucareira. Era em Recife e Olinda que estavam as instituições políticas e jurídicas mais próximas aos moldes de Portugal, concentrando funcionários reais e maior contingente populacional. Era praticamente as únicas áreas urbanizadas da região e a principal saída de mercadorias para o exterior pelo porto do Recife.

Esses dois espaços, o centro regional, representado por Recife e Olinda no século XVIII, e a periferia, tendo o sertão como representante, foram o objeto de estudo das relações econômicas que se destacavam, a saber: as trocas de produtos, como salitre e o anil, mas principalmente o couro e a produção de seus derivados manufatureiros, que tinham como destino final a metrópole lusitana.

Graças ao gado, a colonização do sertão foi viabilizada, o que levou a uma economia baseada na criação desse animal e no abastecimento de víveres, sempre tendo as áreas açucareiras como mercado consumidor. Essa produção levou para essa área periférica do norte do Estado do Brasil, nos setecentos, grandes senhores de terra como os Garcia D'Ávila, escravos e mestiços que acabaram trabalhando na árdua missão de tanger os animais até as zonas açucareiras. Também graças a esse comércio, feiras e entrepostos comerciais foram surgindo entre o sertão e as vilas açucareiras, como as feiras de carne bovina na região de Igarassu.

Do gado veio a primeira forma de manufatura produzida nos sertões, que foi o charque. A carne seca ao sol e salgada, além de melhorar seu estado de conservação, era mais fácil de ser transportada para as áreas litorâneas. Além de abastecer as vilas

açucareiras, era um dos alimentos embarcados nos navios com destino a metrópole, servindo como alimentação para a tripulação.

Mas foi a manufatura do couro que se destacou entre outros artigos oriundos do sertão, graças a sua boa aceitação no mercado europeu. Ademais, montou-se em Pernambuco toda uma estrutura para o funcionamento de fábricas de atanados com mão-de-obra especializada, como os mestres curtidores de couro provenientes de Portugal, e grupos de negociantes, que se destacaram não só no âmbito econômico, mas também encontraram ascensão política em Recife.

Esse foi o caso dos irmãos João e Luis da Costa Monteiro, que encontraram no couro uma forma de entrar na arte do comércio e foram os donos dos contratos de fabricação dessa manufatura e do comércio da carne em Pernambuco e na Paraíba. Além das vantagens econômicas, conseguiram entrar na vereança da Câmara do Recife, ampliando seus espaços políticos nessa vila. Seus descendentes também herdaram o trato com o comércio do couro, além de cargos públicos na Capitania de Pernambuco por todo o século XVIII.

No entanto, o sertão não estava restrito apenas à criação de gado ou ao fornecimento de alimentos para o litoral. Essa área periférica às vilas açucareiras, apesar de ser a imagem da barbárie para aqueles que estavam no litoral, conseguiu formas de exploração econômica. Foi o caso das minas de salitre nos sertões de Pernambuco durante a segunda metade do século XVIII. Essa manufatura foi de essencial importância para Portugal, pois fazia parte da composição da pólvora fabricada na metrópole. Observou-se neste estudo, que a manufatura desse nitrato trouxe para o sertão uma relação econômica que envolvia trabalhadores livres, mão-de-obra escrava, produção local de alimentos, mas também contribuiu para o extermínio de grupos indígenas nessa região.

O anil usado na tintura de tecidos, contribuiu como manufatura extraída de plantas próximas às regiões sertanejas, como nas margens do Rio Beberibe, em Pernambuco, durante ao século XVIII, e serviu também como artigo de exportação para o reino.

A produção dessas manufaturas – couro, salitre e anil – proporcionou uma conexão econômica e social entre o sertão de Pernambuco, no século XVIII, e o além-mar, via porto do Recife. Ademais, envolveu grupos sociais como os homens de negócio da vila do Recife e trabalhadores especializados na produção desses produtos, ampliando as fronteiras mercantis entre o centro e as áreas periféricas no interior da América portuguesa.

BIBLIOGRAFIA E FONTES.

FONTES PRIMÁRIAS.

Manuscritos

Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino

Documentos Avulsos.

Capitania de Pernambuco

AHU_ACL_CU_015, Cx. 4, D. 310.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 9, D. 590.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 20, D. 1941.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 21, D. 1950

AHU_ACL_CU_015, Cx. 21, D. 1957.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 43, D. 3896.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 53, D. 4616

AHU_ACL_CU_015, Cx. 54, D. 4692.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 58, D. 4983

AHU_ACL_CU_015, Cx. 65, D. 5834.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 66, D. 5635.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 72, D. 6047.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 80, D. 6674

AHU_ACL_CU_015, Cx. 80, D. 6683.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 80, D. 6689

AHU_ACL_CU_015, Cx. 81, D. 6716.

AHU_ACL_CU_015, Cx.84, D. 6965.

AHU_ACL_CU_0,15 Cx. 84, D. 6972
AHU_ACL_CU_015, Cx. 86, D. 7046.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 93, D. 7376
AHU_ACL_CU_015, Cx. 104, D. 8099.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 105, D. 8102.
AHU_ACL_CU_0,15 Cx.105, D. 8179.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8393.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8421.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8425.
AHU_ACL_CU_0,15 Cx.113, D. 8706.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 115, D. 8801
AHU_ACL_CU_015, Cx.115, D. 8806.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 115, D. 8794.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 118, D. 9000.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 119, D. 9102.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 119, D. 9101
AHU_ACL_CU_015, C. 136, D. 10159.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 160, D. 11522.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 185, D. 12874.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 196, D. 13479.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 200, D. 13729.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 206, D. 14073.
AUH_ACL_CU_015, Cx. 239, D. 16052.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 2007, D.14114.

Mapas de Carga dos Navios que saiam de Pernambuco

AHU_ACL_CU_015, Cx. 138, D. 10277.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 138, D. 10225.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 137, D. 1229.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 139, D. 10303.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 139, D. 10320.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 139, D. 10326.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 140, D. 10349
AHU_ACL_CU_015, Cx. 140, D. 10355.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 140, D. 10367.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 140, D. 10374.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 140, D. 10382.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 141, D. 10397.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 141, D. 10409.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 142, D. 10441.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 142, D. 10455.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 142, D. 10471.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 143, D. 10508.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 143, D. 10515.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 143, D. 10524.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 143, D. 10531.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 144, D. 10580
AHU_ACL_CU_015, Cx. 145, D. 10595.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 145, D. 10615.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 145, D. 10633.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 147, D. 10717.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 147, D. 10728.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 147, D. 10755.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 148, D. 10800.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 149, D. 10846.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 149, D. 10869.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 149, D. 10877.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 150, D. 10906.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 150, D. 10924.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 151, D. 10934.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 152, D. 11013.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 153, D. 11047.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 153, D. 11058.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 153, D. 11071.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 154, D. 11078.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 154, D. 11089.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 154, D. 11093.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 154, D. 11104.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 154, D. 11112.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 154, D. 11121.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 154, D. 11136.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 155, D. 11181.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 155, D. 11196.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 155, D. 11225.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 156, D. 11285.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 156, D. 11238.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 156, D. 11246.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 156, D. 11259.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 156, D. 11273.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 156, D. 11296.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 156, D. 11316.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 157, D. 11350.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 157, D. 11384.
AHU_ACL_CU_015, Cx.159, D. 11448.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 159, D. 11457.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 159, D. 11472.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 160, D. 11515.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 160, D. 11573.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 161, D. 11560.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 162, D. 11619.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 162, 11630.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 162, 11642.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 164, D. 11699.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 164, D. 11734.
AHU_ACL_CU_015, Cx.164, D. 11745.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 164, D. 11719.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 165, D. 11767.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 166, D. 11816.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 167, D. 11860.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 168, D. 11891.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 168, D. 11908.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 169, D. 11935.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 170, D. 11970.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 170, D. 12022.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 171, D. 12038.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 171, D. 12052.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 172, D. 12098.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 172, D. 12133.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 172, D. 12139.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 173, D. 12162.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 173, D. 12183.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 174, D. 12233.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 175, D. 12261.

AHU_ACL_CU_015, Cx.175, D. 12277.

Capitania do Rio Grande do Norte.

AHU_ACL_CU_018, Cx. 2, D. 161.

AHU_ACL_CU_018, Cx. 8, D. 536.

Minas Gerais.

AHU_ACL_CU_Minas Gerais, Cx, 44. D. 60.

AHU_ACL_CU_Minas Gerais, Cx. 29, D. 53.

AHU_ACL_CU_Minas Gerais, Cx. 34, D. 37.

AHU_ACL_N_Minas Gerais, Cx. 56, D. 92.

AHU_ACL_N_Minas Gerais, Cx. 94 D. 49.

AHU_ACL_N_Minas Gerais, Cx. 74D. 143.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. Brasília: Ed. 5, Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1963.
- ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e Conflitos: aspectos da administração colonial, Pernambuco, século XVII*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997
- ALMEIDA, Carla Maria. *Conquistadores e Negociantes: História de elites no Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007
- ANDRADE, Manuel Correia. *Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional*. São Paulo; Atlas, 1987.
- _____. *A Pecuária e a produção de alimentos na colônia*. In: In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.) *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Hucitec, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Edusp, Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- _____. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo; Atlas, 1986.
- BARICKMAN, B.J. *Um Contra Ponto Baiano: Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- BOSCHI, Caio César. *Nem tudo que reluz vem do ouro*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.) *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Hucitec, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Edusp, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues e outros (org.). História quantitativa e serial no Brasil: um balanço. Belo Horizonte: ANPUH – MG, 2001.
- BOXER, Charles, *O Império Marítimo Português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____ Charles R.. *A Idade de ouro do Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O Escravo na Formação Social do Piauí: Perspectivas Históricas do Século XVIII*. Piauí: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.
- BRAUDEL, Fernand. O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1984, V.2
- BUESCU, Mircea. História econômica do Brasil: pesquisas e análises. Rio de Janeiro: APEC, 1970.
- CABRAL, George Felix. Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Câmara Municipal de Recife (1710-1822), Salamanca, 2007. Tese de Doutorado.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo - A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DIAS, Érika de Almeida C. *Administração da capitania de Pernambuco no início do reinado de D. Maria I: Conflitos de poder entre uma instituição metropolitana e governados*. Natal; Anais do II encontro internacional de história colonial – Revista de Humanidades. UFRN. 2008.
- FALCON, Francisco. *A época pombalina*. São Paulo: Ativa, 1982.
- FERLINE, Vera do Amaral. *Terra trabalho e poder. O mundo dos engenhos no nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

- FERRAZ, Márcia Helena Mendez. *A produção de salitre no Brasil colonial*. São Paulo: *Quím. Nova* [online]. 2000, vol.23, n.6 ISSN 0100-4042.
- FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. *O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840*.
- _____, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, 2003.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: A Interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- GOULART, Maurício, *A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. São Paulo; Alfa-Ômega, 1998.
- HOLANDA, Sergio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- IVO, Isnara Pereira. *Trânsito cultural, conquistas e aventura na América portuguesa*. In: FURTADO, Junia Ferreira. *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e Áfricas*. São Paulo: Annablume, 2008.
- LINHARES, Maria Yeda. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo; Brasiliense, 1986.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MELLO, Evaldo Cabral. *Tempo dos Flamengos*, Topbooks Editora, Rio de Janeiro. 2001.

_____. *A Ferida de Narciso: ensaio de história regional*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

_____. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MOURÃO, Paulo Reis. *A Companhia das Vinhas do Alto Douro – antecedentes, ação e consequências de uma ação da economia política pombalina*. Revista Klepsidra, nº 19.

POSSAMAI, Paulo. *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

PRADO, Caio Jr. *A cidade de São Paulo: geografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. *O comércio de escravos e a elite baiana no período colonial*. In: ALMEIDA, Carla Maria. *Conquistadores e Negociantes: História de elites no Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RIBEIRO Jr., José. *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro: A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*. São Paulo: Hucitec.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808*. *Revista Brasileira de História*. Vol. 18. N. 36; São Paulo, 1998.

RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um Soldado: (1629-1632)*. Recife: CEPE, 2004. – (Série 350. Restauração Pernambucana)

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. *Características gerais da economia fluminense na primeira metade do século XVIII*. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues e outros (org.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Belo Horizonte: ANPUH – MG, 2001.

_____. *Comércio, riqueza e nobreza: elites mercantis e hierarquização social no Antigo Regime português*. In: FRAGOSO, João(org.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes, 2006.

_____. *Os Homens de Negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português*. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima, (Org.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SCHWARTZ, Stuart e LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

SHILS, Edward. *Centro e periferia*. Lisboa: Itfel, 1992.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas Solidões Vastas e Assustadoras – Os Pobres do Açúcar e a Conquista do Sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. (Tese de Doutorado). Recife: UFPE, 2003.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira “*Pecuária, Agricultura de Alimentos e recursos Naturais no Brasil-Colônia*” In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.) *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Hucitec, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Edusp, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SOARES, Álvaro Teixeira. *O Marquês de Pombal*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983.

SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.) *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Hucitec, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Edusp, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1508-1808)*. Rio de Janeiro, Objetiva. 2001.